



SIMPÓSIO DE PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA

17 anos de Arquivologia UFRGS

**Valéria Raquel Bertotti
Francisco Alcides Cougo Junior
(organizadores)**

Valéria Raquel Berttotti
Francisco Alcides Cougo Junior
(organizadores)

SIMPÓSIO DE PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA
17 anos de Arquivologia UFRGS

1ª Edição

Porto Alegre
Rio Grande do Sul
Arquivistas sem Fronteiras do Brasil
2016

© Dos autores - 2016
brasilasf@gmail.com

Simpósio de Pesquisa em Arquivologia

Comissão Organizadora e Científica:

- Ana Regina Berwanger
- Francisco Alcides Cougo Junior
- Jorge Eduardo Enríquez Vivar
- Jorge Nacif Mina (EMA-México)
- Ramón Alberch i Fugueras (UAB-Espanha)
- Valéria Raquel Bertotti (coordenadora)

Evento realizado na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO-UFRGS) no dia 2 de setembro de 2016.

Publicado por:

Arquivistas sem Fronteiras do Brasil

www.asfbrasil.org

C020 Simpósio de Pesquisa em Arquivologia: 17 anos de Arquivologia
UFRGS / Valéria Raquel Bertotti, Francisco Alcides
Cougo Junior, organizadores. - Porto Alegre:
Arquivistas sem Fronteiras - Brasil, 2016.
199 p.; ebook;

ISBN 978-85-66638-01-1

1. Arquivologia. 2. Arquivos. 3. Ciência da
Informação

CDU 930.25

Sumário

Apresentação	6
<i>Valéria Raquel Bertotti</i>	
<i>Francisco Alcides Cougo Junior</i>	
Prefácio	10
<i>Moisés Rockembach</i>	
A pesquisa e a formação de arquivistas na UFRGS: um estudo acerca dos TCC's do curso de Arquivologia	16
<i>Rita de Cássia Portela da Silva</i>	
A educação patrimonial e a construção de uma cultura de arquivo	50
<i>Graziele Erig Santorum</i>	
Análise comparativa de termos arquivísticos em Língua Portuguesa	103
<i>Bianca Celistre</i>	
Análise de políticas públicas de arquivo: um estudo com os municípios da Grande Porto Alegre/RS	143
<i>Francisco Weliton Souza</i>	
Uma visão arquivística sobre o Portal do Aluno através da metodologia InterPARES	180
<i>Jean Felipe Moreira</i>	
Autores	203

Apresentação

*Valéria Raquel Bertotti
Francisco Alcides Cougo Junior*

Desde a sua concepção, na década de 1990, o Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi agente de transformação na comunidade local e regional. Aprovado em julho de 1999, ele teve seu primeiro ingresso via vestibular no início de 2000. O objetivo maior sempre foi e tem sido formar recursos humanos na área de Arquivologia, no intuito de atender à carência de tais profissionais em todo o país. A este objetivo, soma-se também o da busca incessante pela capacitação de arquivistas capazes de atuar, de forma qualificada, nas áreas de planejamento, organização e administração de arquivos.

Reconhecido oficialmente pelo Ministério da Educação em 2004, ano da formatura de sua primeira turma, o curso de Arquivologia da UFRGS tem

SIMPÓSIO DE PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA
17 anos de Arquivologia UFRGS

contribuído para a formação crítica e consciente de novos profissionais. Durante a sua trajetória, o curso se manteve em constante adaptação aos contextos econômico e social, adequando o seu currículo e ação pedagógica às exigências da sociedade brasileira. Nesse sentido, convém salientar a significativa mudança curricular ocorrida no ano de 2006. Através dela, foi possível flexibilizar os processos de estágio (transformando-os em atividades de ensino) e incluir disciplinas dedicadas à gestão arquivística de documentos eletrônicos, à contextualização dos aspectos históricos e sociais da informação, entre outras. As modificações, destinadas a otimizar a formação ofertada à comunidade acadêmica, mas também a propiciar uma qualificação teórica, crítica e reflexiva em relação à Arquivologia, também inseriram na realidade desta graduação os Trabalhos de Conclusão de Curso, uma direta política de promoção à iniciação científica.

Sempre visando atender às demandas da realidade brasileira através da qualificação de seus formandos, a partir de 2013, o curso de Arquivologia da UFRGS desenvolveu uma longa e ampla discussão sobre a

concepção do perfil acadêmico desejado por esta graduação. Os debates incluíram diferentes segmentos profissionais na área arquivística e redundaram na revisão do Projeto Político Pedagógico do curso, em 2014. Esse processo não serviu apenas para atualizar as alterações realizadas em 2006, mas também para delimitar o perfil e as competências essenciais do profissional a ser formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul na área de Arquivologia.

A partir das mudanças, o Curso de Arquivologia da UFRGS tem dirigido suas ações prioritárias no sentido de promover a formação de arquivistas com responsabilidade social, capazes de compreender o contexto no qual estão inseridos, encaminhar soluções e tomar decisões que proporcionem o aprimoramento do campo arquivístico, respeitando os valores e a conduta ética de nossa área. Como fruto de tais ações, desde 2015 o curso conta com uma ampla estrutura na qual está sediado o Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão do Curso de Arquivologia (LEPARQ), além de diversos convênios com instituições arquivísticas, infraestrutura e acordos que têm possibilitado o desenvolvimento de aulas práticas, pesquisas e

projetos de extensão.

Convém destacar, ainda, que dentre as parcerias históricas do Curso de Arquivologia da UFRGS encontra-se aquela engendrada com a organização não-governamental Arquivistas sem Fronteiras do Brasil. Nascida há mais de uma década, a AsF Brasil atua nos âmbitos da arquivística, da preservação e difusão do patrimônio documental, do fomento à transparência pública e na relação entre arquivos e Diretos Humanos. Desde o início, a ONG sem fins de lucro tem apoiado e participado de eventos e projetos junto ao Curso de Arquivologia. O presente livro, resultado do primeiro *Simpósio de Pesquisa em Arquivologia*, é mais uma destas parcerias. Com este livro, a graduação em Arquivologia da UFRGS e a Arquivistas sem Fronteiras buscam disseminar e reverenciar a produção científica na área de arquivos ao longo dos dezessete anos de existência deste que é um dos mais consolidados cursos de Arquivologia do país.

Comissão Organizadora
Simpósio de Pesquisa em Arquivologia

Prefácio

Moisés Rockembach

Como ex-aluno Fabicano e atualmente Professor do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do SUL (UFRGS), ao receber o convite para prefaciар este livro, foi como se passasse uma retrospectiva da carreira profissional e acadêmica desenvolvida até o momento. A UFRGS, uma Instituição de excelência que completou 82 anos em 2016, desenvolvendo atividades em pilares compostos pelo Ensino, Pesquisa e Extensão, posiciona-se em local de destaque, tanto nacionalmente, quanto internacionalmente.

A possibilidade de acompanhar parte da trajetória deste curso e perceber como vem avançando em diversos aspectos é motivo de orgulho, como profissional docente. Mesmo problemas que possam surgir no planejamento e execução das atividades

destes pilares da Universidade, tornam-se superáveis com estudo, esforço e dedicação de todos que participam no dia a dia acadêmico.

A Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO), é uma das Unidades que compõe esta Universidade, com estudos específicos na área de Informação (Departamento de Ciências da Informação) e Comunicação (Departamento de Comunicação). O Departamento de Ciências da Informação, que congrega os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, objetiva sempre a Multi, Inter e Transdisciplinaridade (MIT) entre os saberes produzidos.

O curso de Arquivologia, vinculado ao Departamento de Ciências da Informação, foi aprovado em 1999, após um grande trabalho realizado pelos Professores e Arquivistas Ana Regina Berwanger e Jorge Eduardo Enriquez Vivar, tendo seu primeiro ingresso vestibular no ano de 2000.

Das mudanças na atuação do Arquivista, que vem impactando no perfil profissional, denotam-se uma abordagem cada vez mais científica e tecnológica,

além da relação Multi, Inter e transdisciplinar, como já mencionado. No curso de Arquivologia da UFRGS, uma ampliação do corpo docente e de infraestrutura ao longo dos anos, destacando-se recentemente o Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Arquivologia (LEPARQ), além de convênios estabelecidos com Instituições Arquivísticas e Universidades, tornam possível uma melhoria constante no processo ensino-aprendizagem, possibilitando uma série de oportunidades aos alunos no estudo teórico-prático na área Arquivística.

Os seguintes capítulos foram apresentados no Simpósio de Pesquisa em Arquivologia: 17 anos de Arquivologia UFRGS, realizado dia 01 de setembro de 2016, na FABICO/UFRGS, contando com a participação de docentes e ex-alunos na produção dos trabalhos que se seguem.

A Professora do Curso de Arquivologia da UFRGS, Rita de Cássia Portela da Silva, abre com o primeiro capítulo do livro intitulado “A pesquisa e a formação de Arquivistas na UFRGS: um estudo acerca dos TCC's do curso de Arquivologia”, apresentando as pesquisas realizadas ao longo dos 17 anos de curso. Os

temas abordados refletem a diversidade de temáticas e aproximações possíveis em Arquivologia.

Grazielle Erig Santorum aborda a “Educação Patrimonial e a construção de uma cultura de Arquivo”, entendendo não só a relação existente entre os arquivos enquanto memória, patrimônio e conhecimento da Sociedade, mas a associação destes conceitos à práticas culturais e aos aspectos pedagógicos voltados para o aprendizado, com foco nas séries iniciais, como demonstra no estudo do projeto “O Arquivo vai à escola”, desenvolvido pelo Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Em “Análise comparativa de termos arquivísticos em língua portuguesa”, de Bianca Celistre, a proposta parte do estabelecimento das relações entre verbetes com divergências terminológicas, contando com a análise de quatro dicionários de terminologia arquivística em língua portuguesa, buscando uma convergência semântica pelo meio da análise de seus significados.

No capítulo “Análise de políticas públicas de Arquivo: um estudo com os municípios da Grande Porto Alegre/RS”, Francisco Weliton Oliveira Araujo

Souza propõe uma reflexão sobre os investimentos realizados em Arquivos, compreendendo as características dos acervos, as atividades desenvolvidas e o perfil e papel dos Arquivistas neste contexto.

Por fim, no trabalho de Jean Felipe Pires Moreira, “Uma visão Arquivística sobre o Portal do Aluno da UFRGS através da metodologia InterPARES” é apresentada as orientações trazidas pelo projeto desenvolvido pela University of British Columbia, no Canadá, sob coordenação de Luciana Duranti, que aplica os conceitos da Diplomática Contemporânea aos documentos digitais. A análise incide nos documentos do portal do aluno “comprovante de matrícula”, “atestado de matrícula” e o “histórico do curso”, configurando-se em um pertinente estudo de caso desta metodologia.

A satisfação em participar da formação destes ex-alunos de Arquivologia e dos futuros Arquivistas, observando a aplicação de metodologias para a construção do conhecimento da área e a diversidade de assuntos abordados, torna-se bastante gratificante para um professor que também compartilha dos mesmos problemas e tentativas de resolução, a partir

dos estudos científicos. A necessidade de uma formação que incite o aluno não somente a respostas prontas, mas à reflexão sobre sua profissão no século XXI. A reflexão sobre o conhecimento produzido torna o profissional mais preparado às mudanças constantes nesta era da informação e em rede.

Obrigado pela oportunidade de prefaciar esta produção sobre a pesquisa em Arquivologia, parabéns a Comissão Organizadora, os Professores e Arquivistas Valéria Bertotti e Francisco Cougo, pela iniciativa do evento que comemora os 17 anos do Curso de Arquivologia da UFRGS e edição da desta publicação, aos respectivos autores dos capítulos, pela composição da presente obra, e desejo de boa leitura a todos.

Prof. Moisés Rockembach
Doutor em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais

Professor do Curso de Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM)

*Chefe do Departamento de Ciências da Informação
(FABICO/UFRGS)*

A pesquisa e a formação de arquivistas na UFRGS: um olhar para os TCC's do Curso de Arquivologia

Rita de Cássia Portela da Silva

1. INTRODUÇÃO: a origem do Curso e a pesquisa enquanto componente curricular

Os primeiros intentos de criação de um curso de graduação em Arquivologia na UFRGS remontam à década de 1980 (NAVARRO, 2008). Mais precisamente, no ano de 1985, o então Departamento de Biblioteconomia atribuiu à Profa. Ida Regina Chittó Stumpf a incumbência de coordenar o projeto que analisava a viabilidade institucional e as demandas sociais advindas do mercado de trabalho. Em 1990, o projeto foi retomado em comissão formada pelas Profas. Jussara Pereira dos Santos e Glória Isabel Sattamani, sob coordenação da Profa. June Magda da Rosa Scharnberg.

Em 1992 a comissão passou a ser coordenada pela

Profa. Ana Regina Berwanger, que assumiu os estudos direcionando-os a uma etapa conclusiva, com a definição de um projeto pedagógico que determinou a configuração inicial da proposta, em consonância com os cursos da época, ofertados no Brasil e no exterior, alinhados aos preceitos teóricos da área e conciliando as necessidades regionais e aos recursos humanos da Universidade na época.

As ações da comissão desencadearam o tramite do processo 23078.000398/95-75 e culminaram, em 30 de julho de 1999, na Decisão Nº 112/99 do Conselho Universitário (CONSUN) que aprovou a criação e autorizou o funcionamento do curso de graduação em Arquivologia, em conformidade com o Parecer Nº 137/99 da Comissão de Ensino, Pesquisa, Extensão e Recursos. O início das atividades ocorreu de maneira efetiva com a admissão da primeira turma no ano 2000. Desde a sua fundação são ofertadas 30 vagas anuais, com ingresso no primeiro semestre.

O trabalho de conclusão de curso, em caráter monográfico, comprometido com o fomento e o aprimoramento das habilidades e das competências

necessárias à pesquisa acadêmica enquanto elemento de formação profissional, passou a fazer parte do currículo em 2007, por meio das alterações curriculares que estabeleceram as diretrizes para a realização das atividades de ensino Introdução ao Trabalho de Conclusão de Curso (ITCC) e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

De acordo com a Resolução N° 01/2007, promulgada pela Comissão de Graduação do Curso de Arquivologia, o ITCC deve possibilitar a reflexão necessária à elaboração de um projeto de pesquisa com temática arquivística. Consta na sétima etapa do Curso, em um componente curricular constituído de 2 créditos (30 horas). Tem como pré-requisito as disciplinas Diplomática, Descrição Arquivística e, Metodologia da Pesquisa aplicada às Ciências da Informação. Além disso, requer o cumprimento de 100 créditos obrigatórios dos 113 exigidos para finalização do Curso.

O TCC, por sua vez, foi instituído pela Resolução N° 02/2007, com o objetivo de proporcionar uma vivência acadêmica que possibilite a iniciação à

pesquisa científica e tecnológica em Arquivologia. Prevê a consolidação da pesquisa idealizada no ITCC, devidamente relatada em trabalho monográfico que, na concepção do Projeto Pedagógico do Curso (2014, p. 57 e 58), caracteriza-se pelo “tratamento escrito e aprofundado acerca de um só assunto, de maneira descritiva e analítica, caracterizada pela reflexão, argumentação e coerência”. Deve ainda, de acordo com o Projeto, estar vinculado “ao campo de pesquisa em Arquivologia e ter enfoque e bibliografias pertinentes à área”. Ocorre na oitava etapa do Curso, em um componente curricular de 10 créditos (150 horas). Apresenta como requisitos as disciplinas de Descrição Arquivística, Diplomática, Metodologia da Pesquisa Aplicada às Ciências da Informação; e as atividades de ITCC e Estágio em Arquivologia I e II. Também requer o cumprimento de 106 créditos obrigatórios.

As atividades de ITCC e TCC representam o corolário de uma trajetória permeada por vivências acadêmicas destinadas a conciliar o ensino, a pesquisa e a extensão, propostas na de formação basilar de

arquivistas voltada para o exercício profissional e para a produção e divulgação de conhecimento científico na área.

No ano em que a formação em nível de graduação em Arquivologia na UFRGS completa 17 anos de atuação, o presente texto posiciona o leitor na trajetória do Curso e dos componentes curriculares comprometidos, especificamente, com a introdução às práticas de pesquisa científica. A partir disso, propõe-se a mapear a produção de conhecimento arquivístico no Curso sob a perspectiva da ação discente, identificando seus mecanismos de difusão, sob o prisma da Comunicação Científica.

O conjunto de TCC's em Arquivologia disponibilizados no repositório institucional da Universidade foi a fonte de dados utilizada para coletar dados bibliográficos e estatísticos que conduzem à compreensão de aspectos relacionados à evolução temporal e à visibilidade da produção discente. Em um segundo momento, a coleta de dados junto ao *Google Scholar* proporciona a identificação da produção discente correlata à temática de pesquisa do

TCC, proporcionando subsídios para delinear a visibilidade dos mesmos sob o ponto de vista das citações recebidas. A primeira e a segunda etapa de coleta de dados ocorreram no período de 25 de julho a 05 de agosto do corrente ano.

2. EVOLUÇÃO TEMPORAL E VISIBILIDADE DA PRODUÇÃO DISCENTE A PARTIR DOS TCC's

No ano de 2005 a UFRGS instituiu, por meio da Portaria 1774/2005, a coleta, o armazenamento e a disponibilização online da produção científica, técnica, artística de seu corpo docente e técnico-administrativo, na Universidade ou em outras instituições. Trata-se de um acervo constituído por dissertações, teses, livros e capítulos de livros, relatórios administrativos, publicações em anais de eventos, entre outros materiais, que deram origem à Biblioteca Digital da UFRGS.

Atualmente o repositório digital da UFRGS reúne, preserva, divulga e garante o acesso confiável e permanente ao referido acervo. Lume significa “manifestação de conhecimento, saber, luz, brilho”, e é o nome atribuído ao repositório desde sua

implantação em meados de 2009, em consonância com os ideais institucionais da Universidade devidamente traduzidos em sua política informacional que declarar os objetivos de

promover o acesso livre às informações produzidas no âmbito da Universidade e voltadas, prioritariamente, às atividades de ensino, pesquisa e extensão; maximizar a visibilidade, uso e impacto da produção intelectual desenvolvida na Universidade; (...) preservar a memória Institucional, por meio do armazenamento de longo prazo de objetos digitais completo s" (...).
(UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010, p. 2 e 3).

Seguindo esta linha, a Instrução Normativa 01/2010 tornou obrigatório o encaminhamento de todos os trabalhos de conclusão de curso em nível da graduação para disponibilização no Lume, de acordo com a autorização de seu autor. Atualmente, o repositório dispõe de um conjunto de 96 TCC's provenientes do Curso de Arquivologia (TABELA e GRÁFICO 1), desenvolvidos desde 2008, ocasião em que se verificam as primeiras ocorrências oriundas da institucionalização do trabalho

monográfico enquanto requisito para obtenção do grau de bacharel em Arquivologia.

O conjunto não representa a totalidade de TCC's desenvolvidos. Vale lembrar que, inicialmente, nos anos de 2008 e 2009, o encaminhamento ao Lume não era uma exigência institucional, na prática então vigente apenas as monografias com conceito "A" eram indicadas. Outro aspecto a ser considerado é o fato de que alguns autores negam a permissão para publicação do trabalho.

Tabela e Gráfico 1: Evolução temporal dos TCC's em Arquivologia na UFRGS

ANO	FREQ.	%
2008	3	3,1%
2009	13	13,5%
2010	9	9,4%
2011	10	10,4%
2012	22	22,9%
2013	7	7,3%
2014	14	14,6%
2015	11	11,5%
2016/1 ^o	7	7,3%
TOTAL	96	100%

Fonte: dados de pesquisa.



É possível observar a produção acadêmica em perspectiva, com o seu desenvolvimento computado ano a ano. Nesse sentido, a oferta de 30 vagas anuais poderia criar certa expectativa de um índice de produção acadêmica próximo ao volume de ingressos,

ainda que observado os fatores mencionados anteriormente em relação ao conjunto disponibilizado.

Os dados apresentados, no entanto, contrariam eventuais suposições a respeito, pois no período contemplado a média anual de TCC's foi 11. Em 2012 verifica-se a maior frequência de TCC's (22). Nos demais períodos não ultrapassam 14 ocorrências, sendo que o ano de 2013 apresenta o mesmo volume de 2016, destacando-se que este último tende a ser ampliado com os trabalhos concluídos no segundo semestre. Este cenário suscita provocações relacionadas à evasão acadêmica, retenção e ocupação de vagas entre outros questionamentos, passíveis de serem abordados em estudos futuros.

No que se refere ao alcance da produção discente, faz-se necessário reter o olhar para a noção de visibilidade enquanto “capacidade de exposição de uma fonte de informação de influenciar seu público alvo e de ser acessada para responder a uma demanda” (LARA, 2006, p. 413). O conceito de visibilidade pode ser associado a qualquer um dos

elementos relacionados ao processo de produção, divulgação e uso da informação científica e tecnológica, como por exemplo, publicações, índices e bases de dados bibliográficas, autores, eventos, entre outros componentes.

Constantemente se refere a revistas científicas (PACKER e MENECHINI, 2006), mas também se aplica aos repositórios digitais institucionais, conforme presenciado em Leite (2009, p. 23 - 25). Ao considerar a adoção de repositórios nas universidades, o autor elenca os benefícios para os diferentes segmentos aos quais se destinam, entre eles, gestores acadêmicos, pesquisadores, a comunidade científica e à instituição em si. Especialmente no que se refere ao pesquisador “aumenta a visibilidade de suas descobertas científicas, uma vez que a organização, recuperação e disseminação da produção científica é facilitada” e “diminui possibilidades de plágio, pois ao disseminar favorece o registro de autoria”. De outra parte, para a universidade “aumenta a visibilidade, reputação e prestígio da instituição”.

De acordo com o *Ranking Web of Repositories*, o

Lume ocupa a segunda colocação entre os repositórios da América Latina, e o trigésimo primeiro lugar no mundo. Porém, já ocupou a primeira colocação na América Latina nos anos de 2014 e 2015, e a décima sétima e décima primeira posição na América Latina, nos respectivos anos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIOGRANDE DOSUL, 2015).

Em se tratando da visibilidade do acervo, enquanto capacidade de exposição/possibilidade de acesso, dados coletados junto ao Lume apontam para um volume significativo de downloads e acessos ao conjunto de TCC's, conforme apresentado na Tabela 2. Além de ocorrências de origem brasileira, constatou-se uma afluência oriunda de países como Alemanha, Angola Canadá, China, Equador, Estados Unidos, França, Moçambique, Portugal, Reino Unido, entre outros.

Tabela 2: Evolução temporal dos acesso e downloads dos TCC's do Curso de Arquivologia

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Downloads	1702	23421	9410	15662	16746	6534	3606	983	166	78230
Acessos	2366	14702	7716	5019	8289	1402	2266	1022	103	42885

Fonte: dados de pesquisa.

As Tabelas 3 e 4 dimensiona, individualmente, a visibilidade dos TCC's. Os trabalhos com menor incidência de downloads e acessos apresentaram, respectivamente, 1 e 4 ocorrências. O trabalho com apenas 1 download apresenta restrição de acesso fora da rede de computadores da UFRGS. Os trabalhos com menor fluxo são os mais hodiernos, datam de 2016 e 2015. A tendência é de que quanto mais recente o trabalho, menor a ocorrência de downloads e acessos. Entretanto, produções de 2013 e 2012 figuram no rank dos trabalhos com maior volume de download, diferentemente do rank de acessos em que predominam os trabalhos desenvolvidos nos anos de 2008, 2009 e 2010.

Tabela 3: Rank dos TCC's com maior frequência de downloads (primeiras 10 posições)

RANK	TCC			DOWNLOADS Freq.	% sobre freq. total de downloads
	TÍTULO	AUTORIA	ANO		
1	Análise diplomática dos projetos da modernização da estação de tratamento da Hidráulica Moinhos de Vento	Marília Karoline Lopes <u>Lopes</u>	2011	6575	8%
2	Políticas públicas de arquivo: uma análise dos municípios da Grande Porto Alegre/RS	Francisco Weliton Oliveira <u>Araújo Souza</u>	2013	5023	6%
3	Saúde e segurança em acervos documentais: a conscientização sobre as condições adequadas no ambiente de trabalho	Daniele Rodrigues <u>Xarifo</u>	2009	3793	5%
4	Descrição arquivística diferenças e divergências terminológicas sobre os instrumentos de pesquisa	<u>Cleio Belício</u> Lopes	2009	3652	5%
5	Arquivos pessoais: proposta de organização do acervo do cartunista Santiago	Vivian Eiko Nunes <u>Fujisawa</u>	2009	2998	4%
6	Arquivos, memória e justiça: gestão documental e preservação de acervos judiciais no Rio Grande do Sul	Fernanda <u>Cheiran Pereira</u>	2011	2898	4%

8	Análise do processo descritivo como produção de conhecimento arquivístico: o caso das oitivas de familiares de uruguaios desaparecidos na ditadura militar	Anna Luiza De Moura Saidanha	2012	2372	3%
9	Descrição arquivística entre normas e práticas: contraponto entre a teoria e a realidade em um arquivo eclesástico	Thaíse Monteiro Sarmento	2009	2230	3%
10	A gestão sistêmica de arquivos a partir da análise dos sistemas estaduais de São Paulo e Rio Grande do Sul	Fabiane Marques Belém	2009	1915	2%
TOTAL				33870	43%

Fonte: dados de pesquisa.

Tabela 4: Rank dos TCC's com maior frequência de acessos (primeiras 10 posições)

RANK	TCC			ACESSOS	% sobre freq. total de acessos
	TÍTULO	AUTORIA	ANO		
1	Arquivos pessoais: proposta de organização do acervo do cartunista Santiago	Vivian <u>Eiko</u> Nunes <u>Fujisawa</u>	2009	3481	8%
2	Ética profissional e arquivologia na complexidade dos arquivos médicos	Adriano Tadeu Mottin <u>Kochanowski</u>	2009	2368	6%
3	A formação em arquivologia na cidade de Porto Alegre: dos cursos livres à graduação universitária	Vinicius <u>Mitto</u> Navarro	2008	1899	4%
4	NOBRADE e a descrição de fotografias nas diversas áreas da ciência da informação	Lusiane Vivian Martinez	2009	1765	4%
5	Atividades culturais e educativas em arquivos: um estudo de caso sobre o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho	Liziane Ungaretti <u>Minuzzo</u>	2010	1646	4%
6	Saúde e segurança em acervos documentais: a conscientização sobre as condições adequadas no ambiente de trabalho	Daniele Rodrigues <u>Xarão</u>	2009	1371	3%
7	Descrição arquivística diferenças e divergências terminológicas sobre os instrumentos de pesquisa	Cleio <u>Belício</u> Lopes	2009	1367	3%
8	Arquivologia e sustentabilidade: um novo desafio para o arquivista	Laura Isabel <u>Marcaccio</u> Arce	2010	1308	3%
9	A arquivologia nas redes sociais do ciberespaço	Camila Lacerda Couto	2009	1059	2%
10	A narração esportiva no rádio como testemunho: múltiplas emoções preservadas em um arquivo sonoro	Décio <u>Schwelm</u> Vidal	2010	1004	2%
TOTAL				17268	40%

Fonte: dados de pesquisa.

Cabe reiterar que o rank das Tabelas 3 e 4 ilustram a capacidade de alcance dos TCC's. A colocação dos trabalhos representa uma situação pontual, a ser alterada pela ação do tempo, pelas motivações de pesquisa dos usuários, entre outros fatores que por si

demandariam estudos de comportamento informacional.

O esforço monográfico empreendido na realização da pesquisa favorece a constituição de um perfil profissional em que o egresso esteja capacitado a contribuir para o desenvolvimento científico da Arquivologia, além de atuar na intervenção dos arquivos. Uma vez que os TCC'S estejam acessíveis, ainda que decorrentes da iniciação às práticas de pesquisa, os resultados obtidos podem contribuir com o trabalho desempenhado por arquivistas assim como nas investigações de outros acadêmicos e/ou pesquisadores em diferentes instituições.

3. OS TCC's SOB A ÓTICA DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

O conhecimento científico é estudado por diferentes áreas. Na Ciência da Informação, mais precisamente, na Comunicação Científica, as abordagens estão centradas no “processo que envolve a construção, a comunicação e o uso do conhecimento científico com o objetivo de promover sua evolução”, onde o fluxo da informação científica desempenha

papel fundamental posto que se trata de “um processo social e interativo que correlaciona o intercâmbio de informação científica entre cientistas e o controle social mútuo” (LARA, 2006, p. 395 e 398). Neste cenário, parte-se do pressuposto que

o desenvolvimento da ciência como sistema é governado pela produção e fluxo da informação, até que esta se transforme em conhecimento. Por isso, uma das obrigações dos pesquisadores é disseminar o conhecimento científico através das publicações, dado que os resultados de qualquer investigação devem ser divulgados de forma a estarem disponíveis para a comunidade e, assim, realimentarem o processo de comunicação científica. (SOUZA VANZ e CAREGNATO, 2003, p. 295).

Nesse sentido, a produção e o fluxo de informação se dá por meio da publicação dos resultados de pesquisa (parciais e/ou finais), utilizando-se para tanto canais dispostos em dois grandes grupos denominados comunicação formal e comunicação informal (MUELLER, 2007). Ainda que em determinados casos o advento tecnológico na comunicação venha a atenuar as diferenças entre as

categorias, via de regra pode-se relacionar a comunicação informal à: conversas (presenciais, por telefone ou carta), aulas, palestras, apresentação de trabalhos, entre outras atividades. Por outro lado, a comunicação formal se dá pela publicação de artigos em revistas científicas, pela publicação de livros, pela edição de teses e dissertações, pela publicação em anais de eventos, entre outros canais. Convém mencionar que embora o agrupamento dos canais em comunicação formal e informal seja amplamente difundido, é possível encontrar abordagens que acrescentam as noções de comunicação semiformal e supernormal (TARGINO, 2000).

Na idealização e operacionalização de uma pesquisa se faz uso dos resultados obtidos em estudos precedentes na temática explorada, em um processo de referência e citação que permite “identificar os pesquisadores cujos conceitos, métodos ou teorias serviram de inspiração ou foram utilizados pelo autor para desenvolvimento de seu próprio trabalho” (NORONHA, 1998, apud SOUZA VANZ e CAREGNATO, 2003, p. 296). Dessa forma, o

“conhecimento científico avança com base no conhecimento já publicado” (MUELLER, 2007, 135).

Sob esta ótica, constataram-se iniciativas discentes relacionadas à comunicação dos TCC's por meio da apresentação em eventos e da publicação em revistas científicas, identificando-se também menções a estes por parte de outros autores, conforme apresentado nos tópicos que seguem.

3.1 Apresentação em eventos

O uso de canais informais de comunicação científica, a exemplo do que ocorre nas apresentações orais em eventos, tende a anteceder a finalização do projeto de pesquisa, podendo ocorrer, inclusive, no início de sua execução. Possibilita a realização de contatos interpessoais, com um feedback significativo acerca das ideias em desenvolvimento pelo autor, por meio do debate direto com um público restrito (TARGINO, 2000).

Os eventos anuais de iniciação científica promovidos pela UFRGS foram os canais utilizados pelos discentes para publicação de pôsteres com a

temática abordada pelo TCC, conforme Tabela a seguir:

Tabela 5: Apresentação em eventos científicos vinculados à temática pesquisada no TCC

TCC			APRESENTAÇÃO EM EVENTO
TÍTULO	AUTORIA	DEFESA	
Arquivologia e Ciência da Informação: uma análise da produção da área no Encontro Nacional de Ciência da Informação (ENANCIB)	Vander Luis Duarte Rodrigues	2012	Salão de Ensino da UFRGS (2012). Título: "CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E ARQUIVOLOGIA: uma análise das comunicações publicadas no Encontro Nacional de Ciência da Informação (ENANCIB)". Resumo disponível em http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/63041 .
Entre as quatro linhas: estudo da gênese e do fluxo da informação para a manutenção do campo do Estádio da Beira-Rio	Angélica Corvello Schwalbe	2009	Salão de Graduação da UFRGS (2009). Título: "Arquivos desportivos: uma experiência no arquivo corrente do departamento jurídico do Sport Club Internacional". Resumo disponível em http://www.ufrgs.br/salao_ead_grad/salao2009/anais/graduacao/arquivos_desportivos_uma_experiencia_no_arquivo_corrente_-_relato.pdf .
A produção da informação audiovisual na televisão: um estudo preliminar sobre os documentos U-Matic do Arquivo da TVE-RS	Yuri Victorino Inácio da Silva	2006	Salão de Graduação da UFRGS (2006). Título: "Informação & memória social: a história do RS no acervo da TVE/RS". Resumo disponível em http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/93449 .

Fonte: dados de pesquisa.

Considerando-se a defesa e a data de realização dos eventos, pode-se inferir que as comunicações realizadas em 2012 e 2009 divulgam resultados praticamente finais da pesquisa, enquanto a comunicação de 2006 apresenta reflexões iniciais que influenciaram a definição do projeto desenvolvido no TCC.

3.2 Publicação em revistas científicas

As revistas científicas, também conhecidas como

periódicos, são canais formais de comunicação, utilizados para submissão dos resultados de pesquisa. A publicação dos artigos sustenta-se no “princípio da validação do mérito e do método científico pela comunidade científica”, por meio da revisão pelos pares (LARA, 2006, p. 405).

A função principal das revistas científicas é “o registro e a difusão do conhecimento científico existente, favorecendo a comunicação entre pesquisadores e as comunidades científicas e, conseqüentemente, contribuindo para o desenvolvimento, atualização e avanços científicos”. Para tanto, a revisão por pares é fundamental, pois “valida a metodologia científica utilizada e a qualidade e relevância dos resultados e discussões apresentados” (GONÇALVES, RAMOS e CASTRO, 2006, p. 171 e 173).

A Tabela a seguir demonstra a publicação dos resultados obtidos nos TCC's em formato de artigo em revistas científicas.

Tabela 6: TCC's publicados em revistas científicas

TCC			PUBLICAÇÃO
TÍTULO	AUTORIA	DEFESA	
Reflexões acerca do pensamento complexo e sua relação com o conhecimento da Arquivologia	Carlos Henrique Armani Nery	2012	Artigo "Reflexões acerca do Pensamento Complexo e sua relação com o conhecimento da Arquivologia", publicada na Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação (v. 6, n. 1, 2013), disponível em http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/8792
A arquivística social expressa na Declaração Universal sobre os Arquivos: o caso dos Arquivistas Sem Fronteiras - ASF	Jackson Guterres Santos	2010	Artigo "A declaração universal sobre arquivos, sua arquivística socializante e a qualidade de vida", publicado na revista <i>Archeion Online</i> (V.1 Edição Especial, 2013), disponível em http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/17137
Migração de suporte de fitas magnéticas de áudio cassete: um estudo preliminar do tribunal regional da 4ª região TRF4	Mauro Sérgio da Rosa Amaral	2009	Artigo "Os arquivos sonoros do judiciário: breve relato sobre a migração de suporte de fitas magnéticas de áudio cassete no Tribunal Regional da Quarta Região (TRF4)", publicado em <i>Autos & Baixas</i> (v. 1, n. 2, 2013), disponível em http://revistadigital.jfrs.jus.br/revista/index.php/revista_autos_e_baixas/article/view/42

Fonte: dados de pesquisa.

As revistas científicas são avaliadas no intuito de promover a excelência nos termos de forma e de conteúdo das publicações. A avaliação pode ocorrer por parte das bases de dados para escolha de títulos a indexar; ou por agências de fomento para avaliação da produção dos pesquisadores. No Brasil, o sistema Qualis Periódicos avalia a produção da pós-graduação por meio dos artigos publicados, atribuindo às revistas indicativos de qualidade (A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5, e; C - com peso zero). As revistas são avaliadas por critérios determinados pela área de avaliação na qual se enquadra. Uma vez que a Arquivologia se insere na

área de Ciências Sociais Aplicadas I, o estrato obtido nesta categoria desperta interesse especial.

Considerando-se a produção discente descrita na Tabela 6, a Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação (RICI) foi avaliada pela Capes e recebeu a classificação Qualis B1 na área de Ciências Sociais Aplicadas I. É editada pela Faculdade de Ciência da Informação (FCI) da Universidade de Brasília (UnB), por intermédio do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, apresentando edições semestrais desde 2008. É indexada por diferentes bases de dados, entre elas, a Abrapci, o *Google Scholar*, e a *Latindex*..

As revistas Archeion Online e Autos & Baixas são publicações relativamente recentes e ainda não foram avaliadas pela Capes. A revista Archeion Online está voltada para a publicação de artigos produzidos por discentes, docentes e pesquisadores em Arquivologia e/ou áreas afins, apresentando edições anuais em 2013 e 2014, e semestrais em 2015. A revista Autos & Baixas é de caráter multidisciplinar, e se dedica a temas de competência da Justiça Federal, relacionados à gestão

de autos findos, memória institucional, patrimônio cultural e demais conhecimentos produzidos na Instituição. Apresentou edições semestrais em 2013, e anuais em 2014 e 2015.

3.3 Citações

Um trabalho pode ser citado por outros autores com base em diferentes motivações, por isso a compreensão de suas causas perpassa a compreensão das funções da citação dentre as quais destacam-se, entre outras:

(...) dar crédito para trabalhos relacionados; (...) retificar o próprio trabalho; retificar o trabalho de outros, analisar trabalhos anteriores; sustentar declarações; informar os pesquisadores de trabalhos futuros; (...) contestar trabalhos ou ideias de outros; debater a primazia das declarações de outros. (WEINSTOCK, 1971, apud SOUZA VANZ e CAREGNATO, 2003, p. 298).

Outro fator a ser considerado nas citações é a acessibilidade dos recursos informacionais. Conveém retomar aqui a visibilidade dos TCC's por meio do armazenamento e disponibilização junto ao Lume, proporcionando o acesso a usuários, autores em potencial, vinculados a diferentes instituições, com as

mais diversificadas intenções de trabalho, nos mais variados espaços geográficos.

A Tabela 7 apresenta os 11 TCC's que receberam ao todo 19 citações, acompanhados dos respectivos trabalhos citantes. Os mais citados são de autoria de: Ana Ines Arce (defendido em 2011, com 5 citações), Camila Lacerda Couto (defendido em 2009, com 3 citações), Yuri Victorino Inácio da Silva (defendido em 2008, com 2 citações), e Marília Karoline Lopes Lopes (defendido em 2011, com 2 citações).

TCC			DOCUMENTOS CITANTES
TÍTULO	AUTORIA	ANO	
A produção de informação audiovisual na televisão: um estado preliminar sobre os documentos U-Matic do Arquivo da TVE-RS	Yuri Victorino Inácio da Silva	2008	Artigo publicado em Autos e Baixas: Revista da Justiça Federal do Rio Grande do Sul (v. 1, n. 2, 2013), disponível em http://revistadigital.jfrs.jus.br/ojs-2.3.8/index.php/revista_autos_e_baixas/article/view/42 . Monografia desenvolvida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no ano de 2009, disponível em http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/22780 .
A gestão sistêmica de arquivos a partir da análise dos sistemas estaduais de São Paulo e Rio Grande do Sul	Fabiane Marques Belém	2009	Artigo publicado no periódico Ágora (v. 25, n. 50, 2015), disponível em http://oaji.net/articles/2015/2526-1449583937.pdf .
Saúde e segurança em acervos documentais: a conscientização sobre as condições adequadas no ambiente de trabalho	Daniele Rodrigues Xarão	2009	Monografia desenvolvida na Universidade Estadual da Paraíba, no ano de 2014, disponível em http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/6362 .

Análise diplomática dos projetos da modernização da estação de tratamento da Hidráulica Moimões de Vento	Marília Karoline Lopes Lopes	2011	Monografia desenvolvida na Universidade Federal do Goiás, no ano de 2013, disponível em http://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/4207/3/TCCG%20-%20Biblioteconomia%20-%20Hister%20Dutra%20dos%20Santos.pdf Artigo publicado no periódico Diálogos (v. 17, n.3, 2013), disponível em http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=oj&page=article&op=viewArticle&path%5B%5D=763
MPM Propaganda São Paulo S/A, análise tipológica de peças publicitárias impressas	Sandra Messa da Silva	2011	Monografia desenvolvida na Universidade Federal de Santa Maria, no ano de 2013, disponível em http://repositorio.ufsm.br:8080/xmlui/handle/1/727
Vídeos online: estratégia de difusão dos arquivos	Lucas Rodrigues Castro	2012	Dissertação desenvolvida no Instituto Politécnico de Lisboa, no ano de 2015, disponível em https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/5906
Políticas públicas de arquivo: uma análise dos municípios da Grande Porto Alegre/RS	Francisco Weliton Oliveira Araújo Souza	2013	Artigo publicado no periódico Ágora (v. 26, n. 52, 2016), disponível em http://oaj.net/articles/2016/2526-1466626666.pdf

Fonte: dados de pesquisa.

Em relação ao tipo de documentos citantes, note-se que dizem respeito a:

- relatório de uma unidade curricular em caráter de seminário, da Universidade Aberta de Portugal, voltado para a análise, concepção e produção de relatórios de estágio (1);
- comunicações orais em eventos de abrangência regional e nacional, na área de História (2);
- relatórios de pesquisas em nível de graduação e pós-graduação (8), e;
- publicação em artigos (8).

As monografias, enquanto trabalhos de pesquisa em nível de graduação, foram desenvolvidos na Arquivologia (na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e na Universidade Estadual da Paraíba), na Biblioteconomia (na Universidade Federal da Paraíba e na Universidade Federal do Goiás) e na História (Universidade Federal do Pampa). A monografia em nível de pós-graduação – especialização foi desenvolvida na área de Arquivologia, na Universidade Federal de Santa Maria, e caracteriza uma autocitação. As dissertações foram desenvolvidas em Portugal, na Universidade do Minho e no Instituto Politécnico de Lisboa, nas áreas de Ciências da Educação e Comunicação Social, respectivamente.

Os artigos citantes foram publicados nas revistas Autos & Baixas (1), Archeion Online (1), Acervo (1), Diálogos (1), História Econômica e História de Empresas (1), e na revista Agora (3). O perfil das duas primeiras já foram descritos no tópico anterior, pois constituem-se também em canais utilizados por acadêmicos do Curso para publicação dos TCC's.

A revista Acervo é editada pelo Arquivo Nacional,

com edições semestrais publicadas desde 1986. Dedicase à divulgação de estudos com temáticas arquivísticas, e também à divulgação das fontes relacionadas às áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Apesar da declaração de áreas da equipe editorial, foi avaliada pela Capes no ciclo de 2014 pela área de Serviço Social, recebendo a classificação Qualis B3. A revista é indexada nas bases *Latindex* e *Google Scholar*.

A revista *Diálogos* é editada pelo Departamento de História e pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá-UEM, destina-se à publicação de artigos na área de História e áreas afins. Obtém classificação Qualis A2 para a área de História, e é indexada, entre outras bases, na *Historical Abstracts* e *Latindex*.

A revista *História Econômica e História de Empresas* é editada pela Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), avaliada pela Capes nas áreas de: Administração, Ciências Contábeis e Turismo (Qualis B4); Economia (Qualis B3), e; nas áreas de História e Interdisciplinar,

com Qualis B2 em ambas.

A maioria dos artigos citantes foram publicados na revista Agora. A revista é editada pelo Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e pelo Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Iniciou suas atividades em 1985, e atualmente é publicada semestralmente. Obtém classificação Qualis B1, e é indexada, entre outras bases, na *Google Scholar*, *Eletronicl Journals Libray* e Sumários.Org.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento em que a formação de arquivistas passa a contar com componentes curriculares especialmente dedicados à iniciação à pesquisa, no ano de 2007, associada às políticas institucionais para divulgação da produção científica da UFRGS, presencia-se a constituição de um acervo decorrente da produção discente em Arquivologia. Além da preparação para intervenção nos arquivos, a formação passa a assumir um caráter crítico e reflexivo, que qualifica para o enfrentamento dos desafios inerentes à atuação profissional, e estimula habilidades e

competências necessárias à construção de conhecimento arquivístico.

O conhecimento científico emana da interação social, permeada por práticas decorrentes do intercâmbio de informações desde a formulação de um problema de pesquisa, passando pela realização do projeto, até a divulgação dos resultados obtidos. É esse o processo que valida o conhecimento entre os pares e pelos pares, e confere reconhecimento a uma área.

A análise dos TCC's indica uma certa aproximação da produção discente ao perfil desejado pela pesquisa sob a ótica da Comunicação Científica, evidentes no exercício da apresentação oral e da publicação dos resultados em revistas científicas, ainda que com ocorrências um tanto quanto exíguas. A incidência de citações aos TCC's reforçam a ideia de alinhamento à área, ao demonstrar a interação para com os pares que concedem crédito a iniciativa precedente e/ou fundamentam suas argumentações.

Por fim, o mapeamento ora apresentado fundamenta o convite a ser feito aos docentes e discentes, no sentido de pensar e desenhar

coletivamente estratégias que venham a contribuir para o aprimoramento de práticas científicas associadas à produção, disseminação e uso de conhecimento arquivístico nas ações desempenhadas pelo Curso de Arquivologia da UFRGS na formação de arquivistas.

REFERÊNCIAS

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Resolução N° 01/2007, de 06 de agosto de 2007.** Institui as diretrizes para a realização da atividade curricular Introdução ao Trabalho de Conclusão de Curso para os alunos regularmente matriculados no Curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/fabico/documentos-graduacao-e-comgrads/comgrad-aql/resolucao-01-2007-itcc>>, acesso em 28 de jul. 2016.

_____. Resolução N° 02/2007, de 06 de agosto de 2007. Institui as diretrizes e normas para o Trabalho de Conclusão de Curso dos alunos regularmente matriculados no Curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/fabico/documentos-graduacao-e-comgrads/comgrad-aql/resolucao-02->

[2007-tcc](#)>, acesso em 28 de jul. 2016.

____. **Projeto pedagógico do Curso de Arquivologia.**

D i s p o n í v e l e m

<<http://www.ufrgs.br/fabico/documentos-graduacao-e-comgrads/comgrad-aql/projeto-pedagogico-arquivologia-2014>>, acesso em 01 de ago. 2016.

GONÇALVES, A.; RAMOS, L. M. S. V.; CASTRO, R. C. F. Revistas científicas: características, funções e critérios de qualidade. In: POBLACIÓN, A.; WITTER, P.; SILVA, J. F. M. Comunicação e Informação Científica: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. p. 163-190.

LARA, M. L. G. Glosário: termos e conceitos da área de comunicação e produção científica. In: POBLACIÓN, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. Comunicação e produção científica: contexto, indicadores, avaliação. São Paulo: Angellara Editora, 2006. p. 387-414.

LEITE, F. C. L. Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: Ibict, 2009. Disponível em:

SIMPÓSIO DE PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA
17 anos de Arquivologia UFRGS

<<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/775/4/Como%20gerenciar%20e%20ampliar%20a%20visibilidade%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica%20brasileira.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

MUELLER, S. P. M. Literatura científica, comunicação científica e ciência da informação. In: TOUTAIN, L. M. B. B. Para entender a Ciência da Informação. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 125-144. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/145/1/Para%20entender%20a%20ciencia%20da%20informacao.pdf>>. Acesso em: 30 ago 2015.

NAVARRO, V. M. A formação em arquivologia na cidade de Porto Alegre: dos cursos livres à graduação universitária. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 47. 2008.

PACKER, A. L.; MENEHINI, R. Visibilidade da produção científica. In: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. Comunicação e produção científica: contexto, indicadores e avaliação. São

Paulo: Angellara, 2006. p. 235 - 259.

SOUZA VANZ, S. A.; CAREGNATO, S. E. Estudos de citação: uma ferramenta para entender a Comunicação Científica. Em *Questão: revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, Porto Alegre*, v. v. 9, n. n. 2, p. 295 - 307, jul. a d e z . 2 0 0 3 . D i s p o n í v e l e m : <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/articloe/view/75>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

TARGINO, M. D. G. Comunicação Científica: uma revisão de seus elementos básicos. *Informação & Sociedade: Estudos, João Pessoa*, v. v. 10, n. n. 2, p. 1 - 27, 2000. Acesso em: 14 abr. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Portaria N° 1774 de 03 de junho de 2005.** Criação de Biblioteca Digital na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/arquivos_download/portaria1774.pdf>, acesso em 01 de ago. 2016.

____. **Portaria N° 5868 de 13 de outubro de 2010.** Estabelece Política Institucional de Informação para o L U M E . D i s p o n í v e l e m <http://www.lume.ufrgs.br/arquivos_download/P

[ortaria-5068.pdf](#)>, acesso em 01 de ago. 2016.

____. Instrução Normativa N° 01/2010 de outubro de 2010 de 21 de janeiro de 2010. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/arquivos_download/Instrucao_Normativa.pdf>, acesso em 01 de ago. 2016.

____. Lume: Repositório Digital. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/apresentacao>>, acesso em 12 ago. 2016.

____. Repositório digital da UFRGS é reconhecido novamente como o melhor da América Latina. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/repositorio-digital-da-ufrgs-melhora-indices-e-segue-como-melhor-da-america-latina>>, acesso em 12 ago. 2016.

A educação patrimonial e a construção de uma cultura de arquivo

Graziele Erig Santorum

1. INTRODUÇÃO

Provocar na sociedade a consciência sobre a importância dos arquivos e valorizá-los enquanto patrimônios, responsáveis pela memória e conhecimento da sociedade, promotores de democracia e cidadania é uma questão a ser construída. Na abordagem deste trabalho, essa percepção é tida como a construção de uma cultura de arquivo, como um processo de reconhecimento a ser estabelecido a partir de uma relação firmada com a sociedade desde os primeiros anos escolares, por meio de projetos de Educação Patrimonial.

A questão tratada neste trabalho, portanto, sugere a criação de uma cultura de arquivo tida sob um aspecto inicial da formação, tanto individual

quanto coletiva do sujeito: seus primeiros anos escolares. Nessa abordagem, a criança é vista como potencial usuário do arquivo. Para embasar tais ideias, fez-se uso de teorias e conceitos das áreas de Educação, Educação Patrimonial e Arquivologia.

Inicialmente são relacionados aspectos sobre Educação, de forma a estabelecê-la como fenômeno exclusivo da natureza humana, no qual os sujeitos envolvidos são capazes de fazer trocas e onde todos saem beneficiados. Na relação entre professor e aluno, trazemos o método da dialogicidade, trabalhado pelo pedagogo brasileiro Paulo Freire (1996). Além disso, tratamos de outra vantagem apresentada pelo método dialógico de Freire (1996), que é o estudo das culturas erudita e popular durante o ensino escolar, o que se alinha com as ideias dos demais autores abordados no trabalho.

Tratando de seres sociais e históricos, os arquivos ganham destaque. Pois, é nesse aspecto que eles têm sua imagem ampliada, agregando-se à causa da formação cultural e cidadã e abrindo suas portas para o público escolar com a oferta de atividades e

ferramentas que sirvam de subsídio para o professor utilizar no processo de ensino e de aprendizado dos educandos.

Por conseguinte, a abordagem da Educação Patrimonial para fundamentar este trabalho se faz imprescindível na medida em que a entendemos como um trabalho educacional focado no Patrimônio Cultural, sendo fonte de reconhecimento individual e coletivo para os educandos. Tal assunto é abordado em capítulo específico sob a ótica de alguns autores da área, entre eles, a autora Maria de Lourdes Parreira Horta (1999, p. 6), (grifo do autor), referência sobre o tema no Brasil, que nos apresenta o termo “[...] instrumento de 'alfabetização cultural' [...]” para definir a Educação Patrimonial.

Após abordar a teoria sobre Educação, Educação Patrimonial e Arquivos, apresentamos o projeto *O Arquivo vai à escola: detetives investigadores e defensores do patrimônio*, do programa de Educação Patrimonial do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV), que foi escolhido para apoiar essa pesquisa. A escolha se deu em razão da

abordagem metodológica da iniciativa, de caráter dialógico e construtivista. Outros traços foram significativos para a escolha do projeto, como a abordagem lúdica e o público contemplado, todos pontos a serem apresentados no trabalho.

Realizada a pesquisa e análises acerca da criação de uma cultura de arquivo na prática do projeto, os resultados obtidos foram inconclusivos para nosso objetivo. Sendo conclusão deste trabalho um levantamento dos setores da sociedade que consideramos que têm responsabilidade nesse processo de criação de uma cultura de arquivo, com o intuito de provocar e ampliar a conscientização sobre esse tema.

2. A EDUCAÇÃO EM ARQUIVOS

Para compreender a relevância do processo existente com a educação em arquivos é necessário, antes, entender como se dá a relação entre educação, Educação Patrimonial e arquivos. E como essas três áreas, quando em interferência, ganham importância no cenário cultural.

A educação, concebida por Marx, é um fenômeno exclusivo da natureza humana. O diferencial entre humanos e animais é o trabalho. Trabalho, esse, a ser desenvolvido justamente no ambiente, onde deverão ocorrer trocas dialógicas entre a comunidade. O método dialógico de Freire defende a assunção através do reconhecimento das <<culturas>>, tanto erudita quanto popular, durante o ensino escolar.

A Educação Patrimonial é a função social e educativa do arquivo, através da qual ele é difundido entre a sociedade enquanto provedor de cultura, promovendo identidade e cidadania. O objeto principal da Educação Patrimonial é o trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural enquanto fonte primária de conhecimento. Pensa-se que, a partir da Educação Patrimonial, o estudante é levado à valorização de sua herança cultural. A experiência do projeto *O Arquivo vai à escola*, do programa de Educação Patrimonial do AHPAMV, é introduzido nessa seção para ilustrar a relação entre teoria e prática.

Os arquivos são abordados inicialmente de

maneira a contextualizar sua origem, desde a Antiguidade até a atualidade, trazendo os aspectos da Arquivologia enquanto ciência preocupada com o acesso à informação. Após, são relacionadas as atividades realizadas em arquivos históricos, como o arranjo, descrição e difusão.

2.1. EDUCAÇÃO

Tendo em vista os pensamentos acerca da essência humana, concebida por Karl Marx em 1844, o filósofo e pedagogo Dermeval Saviani (2008, p.11), disserta a respeito de educação:

Sabe-se que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos. Assim sendo, a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana. Ora, o que diferencia os homens dos demais fenômenos, o que o diferencia dos demais seres vivos, o que o diferencia dos outros animais? [...] o que diferencia o homem dos outros animais é o trabalho. E o trabalho se instaura a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação. Consequentemente, o trabalho não é qualquer tipo da atividade, mas uma ação adequada a finalidades. É, pois, uma ação

intencional. Para sobreviver o homem necessita extrair da natureza ativa e intencionalmente os meios de sua subsistência. Ao fazer isso ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano (o mundo da cultura). Dizer, pois, que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência de e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho.

Apresentando esse entendimento da educação enquanto fenômeno específico do ser humano, o referencial a ser tomado para se ter a compreensão de seu conceito e natureza é justamente o da natureza humana. A escola, portanto, é entendida como um espaço para trocas entre comunidade escolar, onde as relações acontecem e o trabalho se desenvolve.

Para que a escola seja de fato relevante na vida do aluno e a aprendizagem se efetive, não basta sua simples existência perante a sociedade. É necessária sua presença perante o indivíduo, que somente será conquistada através do diálogo. O autor Moran (2008

apud MOREIRA, 2010, p. 12) afirma:

Para que a aprendizagem seja significativa para o aluno, a escola precisa partir do princípio de onde o aluno está, quais são as suas preocupações, necessidades, curiosidades e construir um currículo e empregar uma metodologia que dialogue continuamente com o cotidiano.

Nesse processo de aprendizagem no qual o educando tem a oportunidade de dialogar diretamente com o educador, estabelecendo relações entre seus conhecimentos já adquiridos e significados, Coll e Solé (2006 *apud* MOREIRA, 2010, p.12) apresenta o seguinte:

A concepção construtivista responde afirmativamente que o indivíduo apenas consegue aprender quando é capaz de elaborar uma representação pessoal sobre determinado objeto da realidade ou conteúdo que pretende aprender. A elaboração da representação pessoal implica na aproximação do objeto ou conteúdo com a finalidade de aprendê-lo, entretanto certa proximidade deve apresentar um ponto de partida como suas experiências, vivências,

interesses e conhecimentos prévios. Em todo este processo, verificamos que não somente modificamos o que já possuíamos, mas também interpretamos o novo de forma peculiar, de forma que possamos integrá-lo e torná-lo nosso.

Assim, o aprendizado significativo, segundo a teoria de David Ausubel (1963, 1968 *apud* MOREIRA, 1997, *passim*) requer a associação de significados, o que denota entendimento efetivo de ideias e informações – o contrário da aprendizagem mecânica – tal processo demanda conteúdo significativo, interessante para o aluno. Essa situação exemplifica a importância e a necessidade da dialética na educação.

Conhecendo as necessidades de aprendizagem de cada indivíduo, através das interações prévias, o professor tem condições de organizar o processo de aprendizagem para colocá-lo em prática. Tendo em vista que “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção [...]” (FREIRE, 1996, p.47). É visto, portanto, que a boa relação entre

professor e aluno tem reflexos no aprendizado do aluno. Moreira (2010, p.16) acredita que através do processo de aprendizagem “[...] o aluno adquire habilidades, atitudes, informações e valores a partir do contato com pessoas e com a realidade [...]”. Considerando a bagagem que professor e aluno trazem intrínsecas às suas vivências, Ribeiro (2007, documento eletrônico) disserta que:

No processo pedagógico alunos e professores são sujeitos e devem atuar de forma consciente. Não se trata apenas de sujeitos do processo de conhecimento e aprendizagem, mas de seres humanos imersos numa cultura e com histórias particulares de vida. O aluno que o professor tem à sua frente traz seus componentes biológico, social, cultural, afetivo, lingüístico entre outros. Os conteúdos de ensino e as atividades propostas enredam-se nessa trama de constituição complexa do indivíduo. O processo de ensino-aprendizagem envolve um conteúdo que é ao mesmo tempo produção e produto. Parte de um conhecimento que é formal (curricular) e outro que é latente, oculto e provém dos

indivíduos. [...]. Assim, a educação se dá na coletividade, mas não perde de vista o indivíduo que é singular (contextual, histórico, particular, complexo).

Freire (1996) por sua vez, defende que a temática de aprendizado ultrapassa a barreira da cultura erudita, possibilitando ao educando o estudo do seu universo também, a partir da cultura popular. Silva (1999, p. 211) entende, então que:

a cultura não é definida por qualquer critério estético ou filosófico. A cultura é simplesmente o resultado de qualquer trabalho humano. Nesse sentido, faz mais sentido falar não em <<cultura>> sim em <<culturas>>.

O autor Paulo Freire (1996, p.41) quando trata sobre assunção da identidade cultural diz ser necessário que, ao longo do processo da prática educativo-crítica, no exercício de professores e alunos, assumam-se. Isto é: assumam-se enquanto seres sociais e históricos, como seres pensantes,

comunicantes, transformadores, criadores e realizadores de sonhos. Freire legitima, portanto, as culturas como parte do currículo escolar.

Abordando o patrimônio cultural no contexto da educação, temos o reconhecimento dos bens culturais enquanto fonte primária do conhecimento e meio importantíssimo para o fortalecimento de identidade e cidadania. Teixeira (2008, p. 206) defende que:

A ação educativa no ensino de História viabiliza a formação de indivíduos capazes de conhecer a sua própria história cultural. Ao trabalharmos questões referentes ao patrimônio no ambiente escolar, estamos oferecendo subsídios para a construção do conhecimento e da valorização e preservação desses bens culturais, sejam eles materiais, imateriais, naturais ou construídos. Ações educativas nesse sentido são importantes na medida em que os indivíduos precisam, para se reconhecerem e se diferenciarem de outros, de um "espelho" onde seja possível ver a própria vida, a própria cultura, a própria história e as próprias práticas e, com isso, construir a memória afetiva e sua identidade cultural.

A partir dos conceitos abordados anteriormente e pensando em uma estrutura básica para orientar o professor compor sua prática pedagógica e oportunizar a construção do conhecimento do educando, temos um documento de grande valia em nível de estrutura curricular: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que foram elaborados pelo Ministério da Educação (MEC) em 1996, e são referenciais para nortear as equipes escolares na execução de seus trabalhos. Sua obrigatoriedade se dá para a rede pública de ensino, enquanto a rede privada tem adesão opcional. Sobre a relação da Educação Patrimonial, área a ser trabalhada por arquivos e museus nas escolas, o PCN trata o seguinte:

A escola, na perspectiva de construção de cidadania, precisa assumir a valorização da cultura de sua própria comunidade e, ao mesmo tempo, buscar ultrapassar seus limites, propiciando às crianças pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional como no que faz parte do

patrimônio universal da humanidade.
(BRASIL, 1996, p. 34)

Os fundamentos da educação, abordados anteriormente, mostram a necessidade de o educando buscar a identificação própria durante o processo de aprendizagem. A área que abrange os bens culturais está muito próxima do educando, principalmente se tomada dos primeiros anos escolares, quando a criança está muito sensível para sua formação enquanto indivíduo, pertencente a uma sociedade, por exemplo. Dessa forma, o acesso à cultura desde os primeiros anos escolares tende a ampliar as chances de sucesso na construção cidadã do sujeito.

Conhecer a realidade do aluno é ideal para a prática de ensino, conforme foi visto anteriormente. Nesse sentido, o projeto desenvolvido pelo AHPAMV atrai a atenção das crianças a partir do que lhes é comum: o patrimônio do seu bairro. A apresentação com o pergaminho e livro de iluminuras, além do momento descontraído com a hora do conto, assuntos a serem abordados na próxima seção, é reflexo da

ludicidade com a qual os assuntos relativos a patrimônio cultural são tratados com os estudantes dos Anos Iniciais. Conforme Adamus, Batista e Zamberlan (*apud* COSTA, 2006), “[...] os jogos, brinquedos e brincadeiras na infância são atividades essenciais para instigar a curiosidade, a autoestima e a iniciativa da criança, com isso desenvolver a linguagem, o aprendizado, o pensamento, além da atenção e concentração”.

Somando a ludicidade à bagagem de conhecimento que cada criança possui é possível ir agregando ideias sobre patrimônio, além de estimular a curiosidade dos educandos a respeito dos fazeres do AHPAMV e arquivos, de forma mais ampla.

2.2. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A Educação Patrimonial é uma ação de construir coletivamente o conhecimento, através do diálogo, das vivências e do patrimônio cultural que nos cerca. É, dessa forma, uma iniciativa viva e rica para ser trabalhada no ambiente escolar.

A Lei nº 9.394/1996, das Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (LDBEN) estabelece que:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996a)

Pensando na subjetividade do ser humano, as manifestações culturais desenvolvidas ao longo dos “processos formativos” são o que reconhecemos por patrimônio cultural. Sobre tal tratativa, o Art. 216 da Constituição Federal de 1988 define-os:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e

tecnológicas;

*IV - as obras, objetos, **documentos**, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;*

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A Educação Patrimonial em arquivos vai além da proposta da difusão em arquivos, pois, do ponto de vista de muitos teóricos da Arquivologia, a difusão é tida enquanto o "marketing dos arquivos", uma vez que objetiva informar seus serviços ao maior número de usuários reais ou potenciais, e de acordo com Horta (1999, p. 6), Educação Patrimonial:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação

Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

A Educação Patrimonial, portanto, ultrapassa o objetivo de promover o arquivo enquanto prestador de serviços. A partir desse processo, o arquivo é difundido entre a sociedade enquanto provedor de cultura, promovendo identidade e cidadania. A autora Horta (1999, p. 6) defende a Educação Patrimonial como “[...] instrumento de 'alfabetização cultural' que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido [...]”.

Na década de 1950, na França, os arquivos passaram a ganhar maior força enquanto instrumentos para o ensino de História nas escolas. A partir disso, houve maior valorização do patrimônio

documental enquanto recurso didático para o público escolar. Os autores González e Martín (1995 *apud* ALBERCH i FUGUERAS; ET AL. 2001, p.57) salienta que:

A criação dos serviços educativos contribuíram para acentuar o esforço da abertura e difusão dos arquivos e sua implantação se beneficiou pela evolução dos métodos pedagógicos que melhoram a observação e a experimentação do aluno e também o desenvolvimento da chamada história local, que torna o uso de materiais e recursos didáticos diferentes daqueles tradicionais imprescindíveis, potencializando o uso dos arquivos.

De acordo com Machado (2004), a educação das futuras gerações é a ação mais eficaz para garantir a preservação do patrimônio cultural. Em relação ao AHPAMV, Fluck (2013) explica que as atividades educativas desenvolvidas para trabalhar o conceito e o valor do patrimônio se baseiam na seguinte metodologia: “[...] ludicidade, necessária para o encontro do aluno com o Arquivo. É necessário re-significar o documento, o prédio, a natureza de forma

a tornar estes bens um patrimônio, valorado como símbolo cultural [...]”.

Segundo Machado (2004, p.28), a metodologia que apoia as propostas de Educação Patrimonial:

[...] tem como princípio a experiência direta sobre os bens culturais, ou seja, a investigação de qualquer elemento do patrimônio cultural deve ser efetivada no seu ambiente. A observação concreta do objeto de investigação não pode ser substituída pelo simples discurso do professor.

Como processo ativo do conhecimento, investigação e descoberta, a metodologia proposta pode ser utilizada em objetos isolados, sítios históricos, parques, comemorações, [...] formas de cultivo, enfim, em qualquer elemento do patrimônio cultural que se queira analisar. Destacam-se nessa proposta metodológica quatro etapas: observação, registro, exploração e apropriação.

As atividades culturais e educativas desenvolvidas por instituições arquivísticas visam

fortalecer direitos do cidadão previstos na legislação, como o acesso à informação e cultura, além de promover a busca pela história local. Porém, no Brasil, não se constituem como prática comum nas instituições públicas.

No projeto disponibilizado pelo AHPAMV, e elaborado por Fluck (2013), consta que:

O Arquivo Histórico como um espaço de memórias coletivas representa importante referencial para a cidadania. Responsável pela guarda e preservação dos documentos históricos da cidade de Porto Alegre, a instituição conta com um programa de Educação Patrimonial que atende as redes municipal, estadual e federal de ensino, bem como entidades de caráter social diversos. A maioria estudantes do ensino fundamental que, a partir dos vários projetos, reconhecem os bens patrimoniais que formam o complexo do Arquivo Histórico formado pelos patrimônios natural, arquitetônico e documental referencia para os mais diversos aspectos da história local.

Machado (2004, p. 10) conceitua patrimônio como

“[...] conjunto de bens resultantes da experiência coletiva que um grupo humano deseja manter perene.”. Os esforços, ainda segundo a autora, visando a preservação do patrimônio cultural, estão associados à cidadania

Por sua vez, Pérez-Luño (2007 *apud* GORCZEWSKI; MARTIN, 2011, p.25), compreende cidadania por, entre outros, “[...] o conjunto de direitos e deveres das pessoas que pertencem a um determinado Estado.”. E, dentre os direitos do povo brasileiro, previstos na Constituição Federal de 1988, está o de acesso à cultura. O Art. 215 dispõe que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. (BRASIL, 1988)

De forma a garantir direitos da sociedade, o projeto do AHPAMV permite, a partir do conceito patrimônio, que professores, estudantes e profissionais do Arquivo possam pensar juntos acerca da realidade na qual a escola daquelas crianças está inserida historicamente. Dessa forma, essa ação

educativa arquivística amplia o papel social da instituição para além de suas portas e a destaca por um caráter enérgico, qualidade necessária para atuar em comunidades menos favorecidas.

A metodologia do projeto *O Arquivo vai à escola* prevê que a entrada dos representantes do AHPAMV se dê pela utilização de um espaço muito importante, a biblioteca escolar – o ambiente é escolhido por ter semelhanças com o arquivo. Segundo o manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar (2000, p. 2) um dos objetivos da biblioteca escolar é “[...] oferecer oportunidades de vivências destinadas à produção e uso da informação voltada ao conhecimento, à compreensão, imaginação e ao entretenimento”.

Os estudantes são convidados a brincar de investigadores no projeto *O Arquivo vai à escola*. Evidencia-se, então, a tentativa de criar um estereótipo para o arquivista, o que traz benefício para a classe. Essa é uma oportunidade de promover entre a sociedade a existência – e importância – desse profissional. A iniciativa é uma maneira de projetar o arquivista enquanto educador, afim de que ele

cumpra um papel social, ajudando os usuários através do serviço educativo.

A promoção do acesso aos arquivos possibilita a construção de cidadania e, nada mais lógico, do que difundir o acesso nos anos iniciais – quando a criança está aprendendo a ser um sujeito crítico e quando o professor tem em suas mãos a formação de um cidadão. Dessa forma, promover ações que deem visibilidade ao arquivo é propor à sociedade uma oportunidade de cidadania e de cultura.

Segundo García Belsunce (1980 *apud* BELLOTTO, 2002), o uso que a sociedade faz de arquivos é, naturalmente, multifacetado, cambiante no tempo e disperso. Efetivamente o uso dado para os documentos de arquivo não se faz regular, tão pouco conquista um público fiel em razão da falta de costume que as pessoas têm em frequentar essas instituições. Tendo o acesso do cidadão à informação um caráter cultural, social e educativo, ele deve ser motivado pelos arquivos públicos, afinal, é a sociedade que justifica sua existência.

Dessa forma, se o serviço educativo for promovido

para atender o público escolar, desde as séries iniciais, e a criança tiver a oportunidade de crescer e se desenvolver enquanto cidadã e frequentadora do arquivo, a chance de conquistar um usuário amplia-se. Inserida nessa utopia da criação da “cultura de arquivos” na sociedade, a criança tem papel fundamental. Pois é nesse personagem que se inicia o processo de transformação da mentalidade existente a respeito do patrimônio arquivístico brasileiro e seu papel cidadão na história do povo.

2.3. ARQUIVO

Os arquivos têm suas origens com a invenção da escrita, há cerca de 6 mil anos atrás. Essa origem está ligada à função depositária e acumuladora de documentos. Sua constituição enquanto ciência se deu ao passar do tempo, através da evolução das civilizações. De acordo com Alberch i Fugueras e outros (2001, p. 30):

Seguindo a já clássica divisão proposta por Robert H. Baurtier, a história dos arquivos pode ser sintetizada em quatro grandes

SIMPÓSIO DE PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA
17 anos de Arquivologia UFRGS

períodos:

- 1) *A época dos arquivos dos palácios, por assim dizer, a Antiguidade.*
- 2) *A época dos cartulários correspondente à Idade Média (séculos XII – XV).*
- 3) *A época dos arquivos enquanto arsenais de autoridade, que engloba desde o século XVI até os primórdios do século XIX.*
- 4) *A época dos arquivos enquanto laboratórios da história, que se se estendem do início do século XIX até metade do século XX.*

Considerando as ideias do mesmo autor, temos uma discussão dicotômica ao longo do progresso da ciência arquivística. O processo de cada nação em relação aos seus arquivos está diretamente ligado ao seu desenvolvimento histórico e político, de modo que as temáticas controversas apresentadas em relação aos arquivos são o “[...] abandono e a preocupação extrema, a liberação e a restrição, a profissionalização e o amadorismo.” (ALBERCH I FUGUERAS; et al. 2001, p. 29).

Tratando-se de uma perspectiva mais atual, da década de 1980 até os dias atuais, temos uma

ampliação do conceito meramente custodial dos arquivos para a perspectiva pós-custodial, então, passa-se a aceitar o arquivista como cientista da informação, agregando a ele o conhecimento sistematizado da recuperação da informação.

Contextualizadas épocas e possíveis contrastes entre as realidades nacionais, temos o seguinte o conceito para arquivo em nosso país, de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (BRASIL, 2005, p. 27): “ Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”.

Em relação a esse “conjunto de documentos” referido no conceito acima apresentado, sabemos que a existência de um arquivo se dá através do processo de acúmulo de documentos orgânicos que contam a vida de suas instituições. Tais documentos, segundo Heloísa Liberalli Bellotto (2012, p.167), são:

Testemunhos inequívocos da vida das

instituições. Estão registradas nos arquivos as informações sobre o estabelecimento, a competência, as atribuições, as funções, as operações e as atuações levadas a efeito, por uma entidade pública ou privada, no decorrer de sua existência. Arquivos são capazes de demonstrar como decorrem – e decorreram – as relações administrativas, políticas e sociais por ela mantidas, tanto no âmbito interno como no externo, sejam com outras entidades de seu mesmo nível, ou com as que não lhe são, hierarquicamente, superiores ou inferiores. Estão na raiz de todos os atos de causa, efeito e resultado do para quê, do como, do porquê, do quando e do quanto, sob todos os pontos de vista, do ser e do existir das entidades que vão surgindo, decorrência das necessidades de uma sociedade. (BELLOTTO, 2002, p.167).

Todavia, além de servir para a administração, os arquivos são fundamentais para atender questões culturais na sociedade nas quais estão inseridos. Ramon Alberch i Fugueras e outros (2001, p. 10) dispõe o seguinte:

O objetivo de organizar e manter arquivos

adquire corretamente sua dimensão cívica se assumirmos que estes centros funcionam muito diretamente com os valores dos bens públicos, como memória, identidade e conhecimento, que, não por coincidência, estão normalmente associadas a efeitos indispensáveis do conceito moderno de cultura. Envolvimento claramente direto e decisivo dos arquivos na promoção e divulgação dos valores assumidos pela sociedade como fundamentais.

Alberch i Fugueras e outros (2001, p. 10), afirmam, ainda, que “[...] a noção de patrimônio documental de caráter histórico constitui valor essencial e básico aos arquivos [...] sem o qual, seria impossível utilizar sua informação para fomentar a memória, a identidade e o conhecimento.”.

O sentido dos arquivos ligados à cidadania se deu com a Revolução Francesa. Gerir e prover o acesso aos documentos, seja à administração ou à população, é dever intrínseco das instituições arquivísticas desde os primórdios. A Declaração Universal sobre os Arquivos, elaborada pelo Conselho Internacional de

Arquivos (ICA, 2010, documento eletrônico) institui que:

Arquivos registram decisões, ações e memórias. Arquivos são um patrimônio [patrimônio] único e insubstituível transmitido de uma geração a outra. Documentos de arquivo são geridos desde a criação para preservar seu valor e significado. Arquivos são fontes confiáveis de informação para ações administrativas responsáveis e transparentes. Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva. O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e aumenta a qualidade de vida.

Nesse contexto, os arquivos se mostram importantes “instrumentos de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (BRASIL, 1991). Os documentos de arquivos são base para o

conhecimento da pessoa ou entidade que os geraram, e, através desse meio, é possível conhecer seu passado e sua evolução.

Tão importante quanto a guarda e a preservação dos acervos documentais, os arquivos, enquanto locais físicos, devem prestar serviços que possibilitem o acesso à informação. Alberch i Fugueras e outros (2001, p.18) afirmam que “[...] os arquivos também são as instituições responsáveis por proteger a documentação, assim como o espaço físico onde se conserva corretamente os documentos, de maneira a garantir seu acesso, preservação e uso.”. Como é visto, os objetos que abrangem a ciência Arquivística são muitos, e por esse motivo, a Arquivística faz uso da interdisciplinaridade para geri-los.

Inseridas na realidade de um arquivo histórico, cuja documentação é de caráter permanente, em função do valor histórico probatório que adquiriram ao longo de sua vida, algumas das disciplinas citadas acima podem ser trabalhadas com maior ênfase. Em Arquivologia, as atividades a serem desempenhadas em um arquivo histórico são arranjo, descrição e

difusão. De acordo com García (1999, p.30), o objetivo primordial da difusão nos arquivos consiste em:

Trazer aos cidadãos, peritos ou leigos, o conteúdo dos mesmos; ao mundo das instituições geradoras de documentos, a história e identidade de nossa nação, testemunhando sua existência e evolução, conscientizando o cidadão, incluindo a administração, sobre a importância de nossos centros, de sua utilidade e dos serviços que presta em benefício da comunidade.

A promoção do acesso ao arquivo tem caráter democrático e, para tanto, a eficiência e eficácia são estabelecidas com a primazia do usuário, que, segundo Bellotto (2006, p. 230) é: “[...] o historiador, o administrador e o cidadão. Para o primeiro, ali se concentra sua matéria-prima profissional; para o segundo, seu arsenal de provas; para o terceiro, os dados que informam e definem a comunidade em que vive e sua própria atuação nela.”.

Partindo do princípio de que o arquivo cumpre

suas funções principais de arranjo e descrição documental, e parta para essa ação secundária de comunicar a sociedade sobre sua existência, esse segundo passo deve ser muito bem pensado. Alberchi e Fugueras e outros (2001, p.28), alertam:

Devemos elaborar o planejamento estratégico de promoção da imagem do arquivo e assumir que a consequência desse objetivo passa primordialmente a contar com uma imagem e identidade institucionais plenamente consolidadas. E isso supõe perguntarmos sobre nosso pleno exercício, e refletir sobre nosso trabalho, nossos recursos e nossos clientes potenciais para definir com precisão os traços e valores distintivos entre o arquivo e o que pretendemos projetar de maneira clara e sintética à sociedade.

Sabendo-se sobre a importância em se criar métodos de trabalho para desenvolver o arquivo enquanto centro de cidadania, promovendo o acesso à informação, é necessário tratar sobre as relações a serem criadas entre arquivo e sociedade. Os eventos a

serem promovidos pelos arquivos são diversos, dependendo, exclusivamente, do público que se deseja atingir. A entrada do público escolar nos arquivos, por sua vez, costuma acarretar benefícios para a instituição. Alberch i Fugueras e outros (2001, p. 58) defendem:

A superação da visão tradicional do arquivo concebido como um espaço reservado a um grupo restringido de usuários, onde se conservam e custodiam documentos tem propiciado um impulso que fomenta a dimensão social e cultural mais ampla do arquivo, enquanto serviço público dedicado à difusão do patrimônio cultural que preserva.

Assim, a influência do arquivista fica evidente nessas ações desenvolvidas pelo arquivo, tanto no nível de planejamento quanto de execução. E, dessa forma, evidencia-se a atuação do profissional da informação, sugerida pelo paradigma pós-custodial, ao ser responsável pela relação importante entre usuário e informação.

3. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO

Sob o aspecto da Educação Patrimonial na construção de uma cultura de arquivo, é possível fazer uma analogia sobre o mundo dos livros e leitura, pois se diz que nada melhor para formar um leitor do que pelo exemplo de uso do livro e prática da leitura vindos de casa. A criança, quando cresce em um lar onde os pais têm o hábito da leitura, frequentam bibliotecas e livrarias e estimulam-na para isso, tende a desenvolver esse mesmo gosto. Da mesma forma os arquivos – se incentivados desde o princípio – se tornarão hábito na vida da criança e do cidadão.

Toma-se o público infantil como eixo central da proposta de construção de uma cultura de arquivo por meio da Educação Patrimonial, pois parte-se do princípio de que é a partir da infância, na formação do sujeito, que se desenvolvem os hábitos que influenciarão quem será esse indivíduo no futuro.

Assim, é possível relacionar os arquivos a qualquer indivíduo, pois aqueles entram na vida de qualquer um desses desde muito cedo: através da certidão de nascimento e todas outras atividades registradas em documentos ao longo da vida. Inclusive através de um despretenso álbum de fotografias da infância, que tende a ser muito bem cuidado pela mãe e posteriormente pelo respectivo dono, já em idade adulta, com intuito de preservar a memória pessoal e familiar do indivíduo.

Esse é o sentido dos arquivos em nossa vida: têm significados particulares e coletivos e, se bem cuidados, podem ser transmitidos de uma geração à outra. Porém, se possuem toda essa representatividade no contexto familiar, imagine tomando a dimensão de uma vila, de um bairro, de uma cidade. Os arquivos municipais, deste modo, têm neles a memória da cidade e, conseqüentemente, um potencial incrível de histórias a serem exploradas.

Conforme abordado anteriormente, o autor Alberch i Fugueras e outros (2001) expõem a valia dos arquivos nos métodos pedagógicos enquanto melhora

na prática da observação e experimentação do aluno, trazendo benefícios para a aprendizagem da história local. Portanto, a aproximação entre arquivo e criança pode acontecer inicialmente através da escola.

Dessa forma, será apresentado a seguir o contexto do programa de Educação Patrimonial do AHPAMV, refletindo sua história e local, além da preocupação em desenvolver projetos e atividades que conscientizem o público escolar da importância dos bens patrimoniais.

Inserido em um cenário cultural e histórico, que remonta bens naturais, arquitetônicos e documentais, percebe-se forte atuação do AHPAMV enquanto instituição preocupada em promover aos seus usuários acesso à informação e cultura. O Guia (PORTO ALEGRE, 2009, p.24), dispõe que:

O Arquivo Histórico [...] disponibiliza, aos seus usuários: documentos, livros, jornais, mapas, plantas e outras espécies de documentos, que podem dar suporte e embasar seus trabalhos de pesquisa [...]. Busca e acolhe parcerias, formais e informais, com professores de instituições de ensino, para dar, além de suporte

informacional para as disciplinas, suporte técnico e prático [...], mostrando que documentos, informações e saberes não devem apenas ser guardados e preservados, mas sim, usados para o crescimento pessoal, intelectual e profissional. [...] com seu Programa de Educação Patrimonial, [...] atinge o público estudantil nos seus estágios iniciais de ensino [...], profissionais, estudantes e cidadãos interessados na ampliação da abrangência dos seus trabalhos e estudos teóricos e práticos.

Assim, é possível transcender as atividades que visam à preservação patrimonial, a partir do momento em que o público escolar – crianças e jovens – é convidado para entrar no arquivo. Através do Programa de Educação Patrimonial, criado em 2005, crianças e jovens entre 6 e 16 anos participam de atividades que visam:

- 1º Criar um vínculo com a comunidade porto-alegrense incidindo sobre noções de pertencimento;*
- 2º Sensibilizar para as questões de patrimônio natural e cultural – material e*

*imaterial, fomentando atitudes de reconhecimento e respeito à marca cultural humana e de cuidado com toda a vida planetária;
3º Fazer inclusão cultural de públicos cujos referenciais se encontram distante deste suposto mundo de eruditos, garantindo o direito à memória. (PORTO ALEGRE, [201?], p. 6 apud MINUZZO, 2010, p. 51).*

Tendo em vista o objetivo de “sensibilizar para as questões de patrimônio natural e cultural – material e imaterial, fomentando atitudes de reconhecimento e respeito à marca cultural humana e de cuidado com toda a vida planetária”, explicitado acima, o AHPAMV desenvolveu o projeto *O Arquivo vai à escola*, a ser apresentado no próximo capítulo.

3.1. O ARQUIVO VAI À ESCOLA: DETETIVES INVESTIGADORES E DEFENSORES DO PATRIMÔNIO

O projeto *O Arquivo vai à escola* faz parte do programa de Educação Patrimonial do AHPMV e é

desenvolvido desde o segundo semestre de 2013, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SMED), órgão responsável por articular ações educativas e culturais em comunidades menos contempladas. De acordo com o projeto, elaborado por Fluck (2013), seu objetivo geral é: “Sensibilizar para as questões de patrimônio, apoiando a formação de atitudes e cuidado com bens patrimoniais”.

O diferencial dessa iniciativa é o local onde as atividades ocorrem, conforme o próprio nome indica: a escola das crianças. A variação de local se dá em razão da falta de verba para transportar os educandos das escolas da periferia de Porto Alegre até o bairro Partenon, onde se encontra o AHPAMV, o que acarreta benefícios para o processo de ensino e de aprendizagem – permite uma ressignificação do espaço escolar a partir do conceito patrimônio, melhorando seu cuidado –, estimulando olhares sobre o patrimônio do bairro.

O projeto foi criado para ser desfrutado por estudantes dos anos iniciais e finais do Ensino Básico da rede municipal pública, atendendo a faixa-etária

dos 6 aos 14 anos de idade – tendo como base o tempo regular de estudos no Ensino Fundamental de 9 anos –, inseridos em seus próprios contextos comunitários e escolares.

Entre os materiais desenvolvidos pelos técnicos para a atividade estão: livro de iluminuras, mapa de pergaminho, diversos documentos antigos, como atas com tinta ferrogálica, jornais antigos. O local da atividade é estratégico: a biblioteca escolar. Tem contação de história, atividade de restauração de documentos, brincadeira de investigação e desenho sobre o aprendizado. Ao final, todos recebem certificado.

Vista a metodologia, aplicou-se uma pesquisa com a responsável pela elaboração e execução do projeto no AHPAMV, de modo a compreender e acompanhar como vem se dando a aplicação e aceitação da proposta na rede pública municipal de ensino. Os dados e resultados podem ser vistos em sua totalidade no trabalho de SANTORUM (2014).

Em suma, não houve avaliação do projeto *O Arquivo vai à escola* enquanto atividade de Educação

Patrimonial, não sendo objetivo chegar a conclusões de que a iniciativa cumpre ou não seus fins propostos. Assim, utilizou-se ele enquanto exemplo bem fundamentado, paralelamente, enquanto parte do processo de como construir uma cultura de arquivo a partir dessa iniciativa de Educação Patrimonial.

4. CONCLUSÃO

A análise do projeto *O Arquivo vai à escola: Detetives investigadores e defensores do patrimônio* proporcionou o conhecimento de uma ação educativa prática, inserida no contexto de um arquivo público municipal, com ativo e exemplar programa de Educação Patrimonial. Fixada nessa realidade, foi possível avaliar como se viabilizaria a construção de uma cultura de arquivo a partir da inserção do arquivo na escola tendo o público discente do Ensino Básico como alvo.

Os resultados obtidos na pesquisa não trouxeram propriamente conclusões no que diz respeito à máxima deste trabalho, a criação de uma cultura de arquivo, mas inquietações. Acredita-se que, enquanto projeto de Educação Patrimonial, a proposta atende

seus objetivos propostos, chamando a atenção do público escolar para as questões tão importantes de cuidado com os bens patrimoniais. Por outro lado, não ousamos definir aqui que *O Arquivo vai à escola* possibilita a construção efetiva de uma cultura de arquivo, pois acreditamos que esse processo requer um estudo, em longo prazo e envolvendo diversos seguimentos da sociedade.

Tendo em vista que a cultura, aqui, é uma tomada de hábito em relação ao uso dos arquivos enquanto patrimônios, responsáveis pela memória e conhecimento da sociedade, promotores de democracia e cidadania, e há um déficit perante a sociedade em relação a essa conscientização tão importante e valiosa em todos os sentidos. Apresentaremos a seguir alguns seguimentos da sociedade que avaliamos mais estratégicos para a discussão da construção de uma cultura de arquivo.

Inicialmente, trataremos daquele que acreditamos ser o responsável principal pelo desencadear de mudanças práticas sobre o mundo dos arquivos: o seu profissional. Tomando o arquivista como

protagonista da transformação cultural em que os arquivos tomam extensão educacional para assumir dimensão democrática e cidadã, é preciso questionar como se dá o movimento de formação acadêmica até entrada e atuação desses profissionais do mundo do trabalho.

A autocrítica começa, portanto, nos currículos de Arquivologia das Universidades que não têm como foco o estímulo do potencial educacional dos serviços e produtos do arquivo, e principalmente, o incentivo formativo do arquivista como educador. Acreditamos que, no momento em que a formação acadêmica proporcionasse a conscientização, através de princípios ideológicos, formariam profissionais comprometidos. Seria desse modo, portanto, uma alternativa de transgredir a formação e atuação profissional tecnicista e partir para a perspectiva de arquivistas militantes, com prioridades bem definidas no âmbito educacional e cultural, com vistas à difusão dos arquivos.

Sob essa ótica, o arquivista atuante nas instituições, sobretudo as públicas, se mobilizaria

para desenvolver projetos que possibilitem o acesso aos arquivos. Tendo o objetivo deste trabalho em mente, o que se pensa é o profissional social, agindo em prol de ações educativas. Todavia, sabe-se que a mão de obra especializada nessas instituições é escassa e, muitas vezes, os projetos culturais são interrompidos por falta de quem assuma essas demandas. Então, o que se pensa é no arquivista educador, com relevante papel social e, sobretudo, formador. Aí entra uma peça muito importante no processo de transformação que estamos propondo, o professor.

Seguindo com nossa proposta, temos outro seguimento da sociedade que julgamos definitivo para a construção de uma cultura de arquivo: o docente de Ensino Básico. Acreditamos que, dando continuidade nessa formação e atuação do arquivista, o professor tem papel fundamental para alicerçar o arquivo enquanto fonte de conhecimento reconhecida para o público escolar. Assim, caberia aos arquivistas desenvolverem projetos que visem à formação dos professores, transformando-os em multiplicadores do

arquivo. Nesse sentido, o arquivo seria levado para a sala de aula através de diferentes áreas do conhecimento e propostas pedagógicas, pois estariam arraigadas no cotidiano escolar. Podendo ser promovidas com certa frequência, até mesmo, visitas guiadas às instituições arquivísticas, como é comum acontecer às museológicas.

Por fim, a prática sistêmica da formação docente, utilização em sala de aula e acompanhamento da instituição arquivística suscitariam a intervenção governamental que, de fato, regulariam a utilização dos arquivos na construção do conhecimento histórico e social. Uma vez que somente a partir da existência de uma cultura de arquivo na sociedade é que poderão ser promovidas políticas públicas que rejam os currículos escolares para tanto.

Em suma, o que sugerimos aqui é que o processo de construção de uma cultura de arquivo não é uma ação isolada, sim uma questão a ser construída coletivamente. Todavia, o processo é longo e requer muito comprometimento. Sendo o principal promotor dessa mudança, o próprio arquivista, que atuando

consciente de seu papel social e estrategicamente dentro de seu contexto institucional, poderá prover ferramentas para alcançar o público escolar e obter sucesso na construção de uma cultura de arquivo há longo prazo.

REFERÊNCIAS

ALBERCH i FUGUERAS, R.; *et al.* **Archivos y cultura:** manual de dinaminación. Asturias: Trea, 2001.

BELLOTTTO, H. L. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTTO, H. L. Documentos de arquivo e sociedade. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 31, p.167-186, jan-jun. 2002.

BRASIL. Congresso. **Constituição [da] República Federativa do Brasil. [1988].** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 nov. 2013.

BRASIL. Congresso. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [a].** Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 30 ago. 2013.

BRASIL. Congresso. [Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm). <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em 30 ago. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1996.

BRASIL. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

COSTA, W. A. **50 sugestões didático-pedagógicas para o ensino da leitura e da escrita em sala de aula**. Cuiabá: Entrelinhas/EDUFMT, 2006.

FLUCK, R. M. O Arquivo vai à escola: detetives investigadores e defensores do patrimônio. [Projeto do AHPAMV]. 2013. [Documento interno - não publicado].

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCÍA, L. M. La difusion por la difusion. *In*: **Archivos, ciudadanos y cultura**. Toledo: Anabad-Castilla La Mancha, 1999. p. 29-55

GORCZEWSKI, C; MARTIN, N. B. **A necessária revisão do conceito de cidadania**: movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/upload/com_editora_livro/e_book.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2013.

HORTA, M. L. P. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

INTERNATIONAL COUNCIL OF ARCHIVES - ICA. **Declaração universal sobre os arquivos**. 2010. Disponível em: <<http://www.ica.org/download.php?id=1484>>.

Acesso em: 31 ago. 2013.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS - IFLA. **Directrizes da IFLA/UNESCO para Bibliotecas Escolares**. 2006. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

MACHADO, M. B. P. **Educação patrimonial: orientações para professores de ensino fundamental e médio**. Caxias do Sul: Maneco Livraria & Ed., 2004.

MINUZZO, L. U. **Atividades culturais e educativas em arquivos: um estudo de caso sobre o Arquivo Histórico Moysés Vellinho**. Porto Alegre: 2010. 93f. Monografia. (Trabalho de Conclusão do Curso de Arquivologia – Fabico/UFRGS). Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28449/000770924.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 28 out. 2013.

MOREIRA, M. A. Aprendizagem significativa: um conceito subjacente. *In: Encontro Internacional sobre el Aprendizaje Significativo.*, Burgos, 1997. **Actas...**, Burgos: Universidad de Burgos, 1997. p.19-44. Disponível em: <<http://www.if.ufrgs.br/~moreira/apsigsubport.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

MOREIRA, N. **A relação professor-aluno no filme “Escritores da Liberdade”**: o papel do diálogo na construção do conhecimento. São Paulo, 2010. 46f. Monografia. (Trabalho de Conclusão do Curso de Biologia - Universidade Presbiteriana Mackenzie). São Paulo. 2010. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCBS/Cursos/Ciencias_Biologicas/1o_2012/Biblioteca_TCC_Lic/2010/2o_2010/NATALIA_MOREIRA.pdf>. Acesso em: 19 maio 2014.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Arquivo Histórico de Porto Alegre - Moysés Vellinho. **Guia do Arquivo Histórico de Porto Alegre**: Moysés Vellinho. 2. Ed. Rev. Ampl. Porto Alegre: AHPAMV, 2009. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu_doc/guia_do_arquivo_historico_-_2ed.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2013.

RIBEIRO, S. L. **Processo ensino-aprendizagem**: do conceito à análise do atual processo. Disponível em:

SIMPÓSIO DE PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA
17 anos de Arquivologia UFRGS

<<http://www.abpp.com.br/artigos/37.htm#>>.
Acesso em: 20 maio 2014.

ROSSI, C. A. V; SLONGO, L. A. Pesquisa de Satisfação de Clientes: O Estado-da-Arte e Proposição de um Método Brasileiro. **Revista de Administração Contemporânea**, v.2, n.1, jan-abr, São Paulo: RAC, 1998.

SANTORUM, G. E. **Educação patrimonial e a construção de uma cultura de arquivos**. Porto Alegre: 2014. 49f. Monografia. (Trabalho de Conclusão do Curso de Arquivologia – Fabico/UFRGS). Porto Alegre: UFRGS, 2014. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/102301/000932140.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=xyBVM4Zz3rYC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 18 maio 2014.

SILVA, T. T. Pedagogia do oprimido versus pedagogia do conteúdo. *In: Teorias do currículo: uma introdução crítica*. Belo Horizonte: Porto Editora, 2000. Disponível em:

<<http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC23/23-arquivo.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2014.

TEIXEIRA, C. A. R. A Educação Patrimonial no ensino de História. **Biblos**, Rio Grande, n. 22, v. 1, p. 199-211, 2008. Disponível em: <www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=10307>. Acesso em: 16 jan. 2014.

Análise comparativa de termos arquivísticos em Língua Portuguesa

Bianca Celistre

1. INTRODUÇÃO

A necessidade de analisar e comparar os termos arquivísticos emerge da necessidade de fortalecer a Arquivística e proporcionar-lhe maior credibilidade dentro ambiente acadêmico. Para consolidar a área de Arquivologia, as bases terminológicas são essenciais, uma vez que, um vocabulário especializado unívoco e de conhecimento geral possibilita compartilhamento, difusão e maior consistência às informações. “A ciência pede à linguagem clareza nas definições e univocidade nas denominações, e a língua portuguesa não pode deixar de ter a palavra nessa evolução”. (PEDROSA et al. 2005:183).

Michel Fox argumenta em favor da normalização

arquivística ao escrever que “ela torna o nosso trabalho mais eficiente”. Segundo o autor, a normalização arquivística sana dúvidas específicas que aparecem cada vez que um arquivista se depara com um conjunto de documentos, além de agilizar o trabalho do profissional. Ainda consoante Fox: “A profissão e o pesquisador se beneficiam quando todos que realizam o importante trabalho do arquivista têm um domínio das normas práticas básicas e necessárias para se preservar com sucesso e tornar acessíveis os recursos que nos são confiados”.

A pesquisa que se pretende realizar busca selecionar termos arquivísticos em Língua Portuguesa que possuam divergências terminológicas a fim de analisá-los utilizando os princípios da Semântica. Para realização dessa análise serão extraídos termos de quatro Dicionários Arquivísticos em Língua Portuguesa. As significações atribuídas aos termos pelos dicionários escolhidos serão comparadas a fim de verificar as divergências terminológicas existentes. Serão analisadas também as relações de significado entre os termos. Com isso objetiva-se uma análise

aplicada ao vocabulário arquivístico no idioma lusófono, resultando, pois, no melhor entendimento de algumas das divergências terminológicas da área. A questão que norteia este estudo visa compreender quais são os problemas de significação presentes na terminologia arquivística em língua portuguesa.

Esta pesquisa é de natureza básica, ou seja, objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Arquivologia, mas sem aplicação prevista. Quanto à forma de abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois se preocupa com aspectos que não podem ser quantificados já que tem por intuito compreender e explicar as dinâmicas sociais, neste caso, em específico, abarca os problemas de significação dos termos arquivísticos em língua portuguesa.

Os quatro dicionários que serão utilizados para seleção dos termos serão:

1º - Dicionário de Termos Arquivísticos: subsídios para formação de uma terminologia arquivística brasileira. Publicado pela Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional, UFBA, editado por Rolf Nagel, em 1989.

2º - Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa, publicado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros em 1990.

3º - Dicionário de Terminologia Arquivística elaborado por Ana Maria de Almeida Camargo e Heloisa Liberali Bellotto, publicado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

4º - Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística publicado pelo Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 2005.

A partir dos termos extraídos dos dicionários arquivísticos já mencionados, este trabalho prosseguirá com a análise comparativa de termos alvos de divergências de significação. Subsidiando esta análise, está a Semântica, que possibilitará um melhor entendimento dos problemas de significação entre os termos.

3. ESTUDOS TERMINOLÓGICOS APLICADOS A ARQUIVOLOGIA

O estudo terminológico adentrou as áreas especializadas e tornou-se motivo de discussão também na Arquivologia. De acordo com Bellotto (2007), “o termo é a palavra própria de certo registro de língua, campo do conhecimento ou atividade”. Trata-se, portanto, de um vocábulo especializado, próprio de uma determinada disciplina ou ciência.

Para formar um termo é necessário definir um conceito. O termo será então um “conceito representado por sua expressão verbal”. O conceito é abstrato e subjetivo, variando conforme o sujeito que o elabora, logo está ligado diretamente ao imaginário das pessoas, o que faz com que varie conforme a realidade de cada sociedade ou mesmo a interpretação de cada indivíduo e sua concepção de mundo.

Sobre o funcionamento da Terminologia, cabe citar Jean-Claude Boulanger, ao afirmar que a Terminologia segue a sequência [termo = denominação + conceito], sendo análoga a sequência saussuriana [signo = significado + significante]. Dessa forma fica evidente que a Terminologia está atrelada a Linguística, logo também atrelada às suas ramificações, tais como a

Semântica que doravante será explorada.

A semântica se abre sobre dois elementos entre os mais cruciais da terminologia, a saber, a redação das definições – por meio do recorte conceptual e das classificações hierarquizadas – e os aspectos normativos ou a escolha de uma maneira de dizer selecionada prioritariamente em relação a outras possíveis, emprestadas, dispersas, ou até mesmo inexistentes, sobre uma graduação socioprofissional ou sobre várias. Ideal e teoricamente, deseja-se que, em terminologia, a um só conceito corresponda uma só denominação. (BOULANGER, 1995)

Na Arquivologia, assim como em outras áreas do conhecimento, o conceito também está condicionado ao contexto em que está inserido. Dessa maneira alguns termos apresentam conceitos diferentes, o que faz com que existam termos com múltiplos conceitos ou termos polissêmicos. Um exemplo claro de polissemia é o próprio conceito do termo Arquivo. Consoante o **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística** – DBTA existem quatro acepções diferentes para o mesmo termo:

Arquivo: 1 Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Ver também fundo. 2 Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, processamento técnico, conservação e o acesso(1) a documentos. 3 Instalações onde funcionam arquivos (2). 4 Móvel destinado à guarda de documentos.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, dentre tantas outras obras que já surgiram no intuito de normalizar os termos utilizados na área ainda não dão conta das inúmeras imprecisões que certos termos apresentam, seja por um problema idiomático durante a tradução, seja pela questão semântica. Em todo campo do saber é necessário o mínimo de simetria, regularidade entre os termos utilizados, inclusive no que diz respeito aos procedimentos adotados no campo arquivístico.

Os estudos sobre terminologia e sobre arquivística são vastos. A grande missão é também fundi-los em apenas um estudo, visualizando a Arquivologia pelo viés da Terminologia, com o auxílio da Linguística.

Mais que isso, vislumbrar as diferenças conceituais apresentadas pelos termos arquivísticos. Sobre Terminologia, Dias, nos diz:

Em um contexto mais genérico, a terminologia representa o conhecimento técnico-científico especializado de forma organizada, por meio de manuais e glossários, e unifica esse conhecimento sob a forma de normas e padrões. Sem a terminologia, os especialistas não conseguiriam se comunicar, repassar seus conhecimentos, nem tampouco representar esse conhecimento de forma organizada. (DIAS, 2000)

110

Ainda, ao tratar de questões terminológicas, é possível discutir outros aspectos da Arquivologia, tais como a dificultosa ambigüidade dos termos e o como esta ambigüidade pode prejudicar os novos arquivistas que estão se familiarizando com a linguagem da área.

Conforme nos aponta Bellotto, uma terminologia pode sofrer graves danos se conviver com equívocos,

polissemias e dubiedades. Desta forma, ao analisar e identificar um termo, bem como o seu campo de significação será possível acrescentar remissivas ou códigos que permitam a verificação de todos os significados atrelados a ele.

Ainda consoante Bellotto, a causa de tanta imprecisão está ligada ao fato de a terminologia arquivística brasileira ter herdado muitos termos de origem inglesa e francesa. O Dicionário de Terminologia Arquivística (ICA), publicado pelo Conselho Internacional de Arquivos, busca através de traduções de equivalências para várias línguas, sendo sua edição original o inglês e o francês, uma terminologia para um entendimento conceitual entre todos os países.

A Semântica subsidiando a Arquivística ao possibilitar um melhor esclarecimento sobre os problemas de vocabulário recorrentes na Arquivologia permite um controle vocabular mais eficiente. Estudando e pesquisando algumas das principais divergências terminológicas, se constituirá

uma base sólida para um estudo terminológico avançado e um vocabulário técnico realmente próprio, autônomo e, possivelmente, consolidado.

Ao analisar um determinado termo dúbio, é possível identificar os problemas de significação que o permeiam, podendo ser o caso de polissemia, sinonímia, hiperonímia, etc. Esses são alguns exemplos dos fenômenos lingüísticos que devem ser considerados durante uma análise comparativa e que serão usadas durante este trabalho.

3.3 DICIONÁRIOS DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA EM LÍNGUA PORTUGUESA

Com a publicação do **Dictionary Of Archival Terminology** pelo Conselho Internacional de Arquivos, a Associação Latino-Americana de Arquivos propôs duas traduções da obra, uma em espanhol e outra em português. A versão em português ficou sob a responsabilidade de Maria Odila Kahl Fonseca e Maria Amélia Porto Migueis. A versão foi entregue à comunidade arquivística em 1988 e, em função da nova edição do **Dictionary Of Archival Terminology** no mesmo ano, iniciaram novas

discussões sobre o tema.

Em 1989 foi publicado pela Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional o Dicionário de Termos Arquivísticos: subsídios para formação de uma terminologia arquivística brasileira, publicado pela Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional, editado por Rolf Nagel. A obra surgiu da necessidade de registrar em conceitos precisos centenas de palavras já incorporadas no cotidiano do profissional de Arquivo. O professor Doutor Rolf Nagel idealizou o dicionário como produto da disciplina Introdução à Arquivística do curso de pós-graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Bahia.

A metodologia utilizada consistiu em dividir os 34 alunos do curso em três equipes distintas relacionadas com as áreas de arquivo: Permanente, Intermediário e Corrente. As sessões de estudo foram desenvolvidas em grupos e subgrupos, atendendo à particularidade de cada termo. O plano básico tomou como instrumento orientador o **Dictionary Of Archival Terminology**, editado por Peter Wain, 2ª edição revista, editado em Munique, New York, Londres e

Paris pela Sauer em 1988. Ateve-se também ao uso técnico-administrativo científico nacional e procurou-se utilizar o conceito estrangeiro apenas para adaptações e situações extremas. Consoante a Coordenadora do Curso de Especialização em Arquivologia na época, Maria José Rabello de Freitas, essa obra objetivou sempre a discussão acadêmica, uma vez que não é uniforme, no Brasil, o uso da terminologia arquivística.

Em 1990 é publicado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa. Em 1996 é publicado também pela Associação dos Arquivistas Brasileiros o Dicionário de Terminologia Arquivística elaborado por Ana Maria de Almeida Camargo e Heloisa Liberali Bellotto. Fruto do amadurecimento das obras anteriores, mais que uma simples tradução de verbetes, ele procurou adaptá-los a realidade brasileira, modificando o sentido de alguns vocábulos, incluindo outros e suprimindo aqueles que pareceram dispensáveis. Utilizaram a fórmula “termo equivalente” para indicar

a correspondência de certos conceitos nas línguas estrangeiras. Procurou cobrir grandes conjuntos temáticos: teoria arquivística; princípios e funções; metodologia e tratamento documental; documento e análise documental; acesso, utilização e difusão; preservação – acondicionamento, armazenamento, conservação e restauração; reprografia; e informática. Foram suprimidas as espécies documentais e tipos documentais. As autoras, Bellotto e Camargo, versam na apresentação do dicionário sobre a necessidade de uma terminologia precisa.

Em 2005, foi publicado pelo Arquivo Nacional o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Conta com 462 termos, levando em consideração os termos cunhados nos dicionários anteriores a ele, a evolução dos significados atribuídos a esses termos, bem como novos termos criados exclusivamente no Brasil. Decidiu-se por não reincorporar ao Dicionário os termos relativos a equipamentos e instrumentos da área. O método utilizado para construção do Dicionário foi o método comparativo e em seus termos e verbetes apresenta quatro elementos a serem considerados: Termo; Acepção (conceito); Termo que

tem entrada; Equivalência Idiomática.

4. SUBSÍDIOS PARA REALIZAÇÃO DA ANÁLISE

4.1. A SEMÂNTICA

A Semântica é um ramo da Linguística que se ocupa das significações do léxico e que tem como tarefa classificar os significados presentes na língua. É ela que dirá que determinada palavra é ambígua se tomada isoladamente, mas que, se inserida num contexto lingüístico verdadeiro, possivelmente seu significado ficará claro. Consoante Cagliari “*A Linguagem é constituída da soma de sons e significados. A Semântica é a parte da Linguística que se interessa pela natureza, função e uso desses significados.*” CAGLIARI, 1997.

É possível estudar a semântica a partir de três modos, dependendo da concepção de significado que se tenha: **Semântica Formal**, **Semântica da Enunciação ou Argumentativa** e a **Semântica Cognitiva**. As três áreas estudam o mesmo fenômeno, mas com enfoques distintos.

A Semântica Formal destaca que o significado é

composto pelo sentido e referência. Ela considera como propriedade central, o fato de que a língua é utilizada para referenciar objetos, pessoas, eventos externos à língua, assim sendo, a referencialidade é um dos seus principais pilares. Na Semântica Formal, o significado é entendido como uma relação entre a linguagem, de um lado, e de outro aquilo sobre o que a linguagem referencia. Ela trabalha com o raciocínio dedutivo das sentenças. A Semântica Formal é um instrumento racional para descrever a realidade e foi eleita como base para esta pesquisa.

A Semântica da Enunciação investiga a natureza do diálogo e suas possibilidades de ocorrência, ela entende a linguagem como um jogo discursivo e diferentemente da Semântica Formal substitui o conceito de pressuposição pelo de enunciador. A Semântica Cognitiva surge junto com a Linguística Cognitiva de Noam Chomsky, assim, sendo-lhe atribuído o nome de Semântica Gerativa. Para Semântica Cognitiva o significado emerge de dentro para fora, ou seja, ele é motivado pela interação com o meio.

Para compreender melhor a Semântica é

importante definir o que é léxico, campo lexical e campo semântico: Léxico é o conjunto de palavras utilizado em uma língua; campo lexical é um conjunto de palavras que pertencem a uma mesma área do conhecimento; enquanto Campo Semântico é o conjunto dos significados que uma palavra pode apresentar dependendo do contexto na qual está inserida. Por exemplo, um mesmo termo tem ou pode ter vários sentidos, os quais vão variar conforme a situação em que está sendo empregado. Visto isso, é possível tratar das principais relações lexicais que se estabelecem entre as palavras: Polissemia, Antonímia e Sinonímia, Hiperonímia e Hiponímia, Homonímia e Paronímia.

As Relações Lexicais Básicas dividem-se em Relações Semânticas e Relações Fonéticas e Gráficas. As Relações Semânticas são de: Hierarquia, Inclusão, Equivalência, Oposição. As Relações Fonéticas e gráficas são: Homonímia, Homofonia, Homografia e Paronímia.

Hiperonímia e Hiponímia

A *Hiperonímia* e *Hiponímia* estabelecem relações de hierarquia. Enquanto a Hiperonímia ou hiperônimo parte do geral, ou seja, a unidade lexical em seu sentido amplo, a Hiperonímia ou hipônimo é mais específico, toma a unidade lexical em seu sentido mais restrito. Dessa forma o hiperônimo sempre impõe suas propriedades ao hipônimo, estabelecendo, portanto, uma relação hierárquica entre eles. A Hiperonímia e a Hiponímia são recursos muito utilizados para retomar expressões ou termos antecedentes, como, por exemplo: “A aeronave teve que retornar a pista. O aparelho (aeronave) estava com defeito. (COCH, 2005). Nesse exemplo é evidente que “aeronave” é um hipônimo do hiperônimo “aparelho”.

Antonímia e Sinonímia

A *Antonímia* é a relação semântica entre as unidades lexicais que apresentam significados diferentes, enquanto a *Sinonímia* é a relação semântica entre as unidades lexicais que apresentam significados iguais ou semelhantes. Alguns exemplos de

Sinonímia: casa, moradia, residência. A Sinonímia também é frequentemente empregada para evitar a repetição de palavras durante a construção de um texto. **Parassinônimos** ou **Quase Sinonímia** trata de palavras com significados muito próximos, porém diferenciadas operacionalmente. Conforme o Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa: “Sinônimo: [Do gr. *synónymon*, pelo lat. tard. *synonymon*.] Adjetivo. 1. E. Ling. Diz-se de palavra ou locução que tem a mesma ou quase a mesma significação que outra.” Tal definição demonstra que a unidade lexical <sinônimo> contempla expressões que tem a mesma **ou quase a mesma significação**, adentrando na questão dos **parassinônimos**.

Homonímia e Paronímia

A **Paronímia** é a relação semântica que se estabelece entre unidades lexicais semelhantes na pronúncia e na grafia, porém com significados distintos. Conforme o Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa: “1. Diz-se das palavras que têm som semelhante ao de outras; paronímico: *descrição e*

discrição; onicolor e unicolor; vultoso e vultuoso. ~ V. charada – a."

A **Homonímia** é a relação semântica que se estabelece entre as unidades lexicais que possuem a estrutura fonológica igual, porém com significados distintos. A homonímia divide-se ainda em: *Homógrafas*: Unidades lexicais com a mesma grafia, porém com pronúncia diferente como é o exemplo de gosto (substantivo) e gosto (verbo flexionado na 1ª pessoa do singular). *Homófonas*: Unidades lexicais com a mesma pronúncia, porém com grafia distinta como, por exemplo, cela (substantivo) e sela (verbo). *Homônimos Perfeitos*: Unidades lexicais com a pronúncia e grafias iguais, porém com significados distintos.

Polissemia (e Homonímia)

A polissemia é a propriedade que atribui significados distintos a uma mesma unidade lexical. A diferença entre Homonímia e Polissemia está basicamente no fato de que as unidades lexicais polissêmicas têm a mesma origem etimológica. Nos dicionários, por exemplo, palavras polissêmicas

apresentam as suas várias possibilidades de significação em um único verbete como é o exemplo de “rosa”, termo extraído do Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa.

Já os homônimos, no entanto, apresentam diversos verbetes como é possível observar no Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, quando se verifica, por exemplo, o termo “manga”, vocábulo que apresenta quatro entradas diferentes no dicionário já supracitado.

5. ANÁLISE COMPARATIVA DOS TERMOS SELECIONADOS

5.1. TERMOS SELECIONADOS

Foram selecionados nove termos de uso corrente na Arquivologia. Dentre os selecionados, foram contemplados termos das áreas de Gestão Documental e também da área de Reprografia e Microfilmagem. A forma de seleção ocorreu da seguinte maneira: 1- Estudo dos Dicionários de Arquivologia em Língua Portuguesa. 2- Seleção dos termos que apresentavam divergências terminológicas nos verbetes dos dicionários. 3- Seleção de termos que apresentam

divergências conceituais entre si.

Os termos selecionados foram: Dossiê; Processo; Procedência; Anexo; Apenso; Matriz; Reprodução; Duplicação.

Não é incomum em uma determinada instituição durante a fase corrente dos documentos confundirem a definição atribuída a um dossiê com a definição atribuída a um processo. Resultado disso é uma denominação errônea que prejudica tanto o trabalho do profissional de Arquivologia, como o trabalho de pesquisa do usuário.

Outro exemplo clássico e bem corrente é a confusão freqüente dos termos anexo e apenso. Com isso, presume-se que as dúvidas sobre determinados termos vem aos pares, ou seja, toma-se por verdade a definição de um termo com base em uma informação obtida de uma fonte não confiável ou mesmo por uma tradição da própria instituição de utilizar determinado termo para designar um procedimento sem ter certeza se existe, de fato, uma relação entre eles (termo utilizado e procedimento adotado).

Os termos já foram escolhidos no intuito de elucidar as divergências terminológicas que ocorrem

não apenas entre os dicionários, mas também os problemas de significação entre os próprios termos. Para isso é importante compreender como os dicionários definem determinados termos e quais os problemas de significação entre eles.

5.2. A ANÁLISE DOS TERMOS

A partir da análise dos termos selecionados foi possível perceber que não há uma diferença conceitual significativa entre os termos apresentados por um dicionário e os termos apresentados por outro. O que há é uma evolução dos termos desde a primeira publicação em 1989 por Rolf Nagel até a última em 2005 pelo CONARQ. Todos os estudos terminológicos para elaboração do último dicionário, Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, levaram em consideração os estudos que o antecederam. No primeiro quadro de termos é possível observar com clareza que aos termos foi-se acrescentando ou suprimindo informações conforme a realidade arquivística brasileira e aos aspectos temporais. Um exemplo claro é que nos primeiros dicionários (1989,

1990 e 1996) não existem referências sobre o termo “duplicação”, mostrando, assim, que a terminologia foi evoluindo junto com a Arquivologia, ou seja, conforme foram sendo empregados novos procedimentos, novos termos foram sendo adotados e incorporados à terminologia arquivística.

São poucos os termos que realmente possuem divergências terminológicas entre os dicionários. Como é o caso do termo “Matriz”. Na definição do termo “matriz” não está claro se o documento é, ou não, um documento original. No dicionário de 1986, editado por Nagel, o termo designa um documento original, já nos outros dois dicionários seguintes – o dicionário de 1990 e o dicionário de 1996 – consta que a matriz pode, ou não, ser original e, por último, no dicionário publicado em 2005, não há referência sobre esse aspecto do documento, deixando o pesquisador/arquivista, no mínimo, confuso.

Outro termo isolado que merece análise, é o termo <procedência>. Além de estabelecer uma relação de Paronímia (grafias semelhantes e significados distintos) com o termo <proveniência>, não é contemplado nas duas versões intermediárias dos

dicionários de terminologia arquivística estudados por este trabalho. No primeiro dicionário, publicado em 1989, há também uma evidente confusão na definição do termo ao expressar o seguinte conceito: “Instituição, administração, estabelecimento, organismo ou pessoa privada que criou, acumulou e conservou documentos de arquivo durante a realização de seus negócios antes de sua transferência a um centro de pré-arquivo ou a um arquivo”. Ao analisar tal definição, é possível perceber a errônea associação do termo <procedência> com a entidade produtora. Talvez essa primeira definição seja um dos motivos para tantas confusões terminológicas em cima do termo em análise.

Como já foi citado, nos dicionários de 1990 e 1996 o termo <procedência> não é contemplado. Já no DBTA, publicado em 2005, o termo <procedência> é corretamente definido como “termo em geral empregado para designar a origem mais imediata do arquivo (1), quando se trata de entrada de documentos efetuada por entidade diversa daquela que o gerou. Conceito distinto do de proveniência.” Logo é possível observar que houve um controle vocabular por parte

do DBTA ao apresentar uma grande preocupação em distinguir os dois termos <procedência> e <proveniência> (“conceito distinto de proveniência), também em função de suas relações sinonímicas.

Mas essa análise demonstra também que os problemas de significação vão além das divergências terminológicas apresentadas nos verbetes dos dicionários arquivísticos em língua portuguesa. O que ocorre é que a Arquivologia adota procedimentos muito semelhantes e que se distinguem por um ou outro fator de suma importância muitas vezes encarado como mero detalhe como são os casos de anexo e apenso, processo e dossiê, duplicação e reprodução.

Esses termos elucidam os problemas de significação mais comuns na Arquivologia. Eles se apresentam aos pares, pois tem significados muito semelhantes. São exemplos claros das relações semânticas de quase – sinonímia e homonímia. É importante vê-los casos a caso a fim de identificar a relação semântica que está por trás do fenômeno e origina o problema de significação.

5.2.1. REPRODUÇÃO E DUPLICAÇÃO

Ainda que no DBTA a diferença entre esses dois termos não esteja bem clara, ela existe e pode ser confirmada a partir de outras obras e publicações.

[...] há dois processos reprográficos que se distinguem essencialmente pelo maior ou menor número de cópias necessárias. Em caso de ser necessário um grande número de cópias, é aconselhável usar o processo de DUPLICAÇÃO; se for necessário apenas uma ou poucas cópias, devem ser usados processos de REPRODUÇÃO. (Seminário Brasileiro de Reprografia, 1., São Paulo, 1982, p. 143)

Consoante o DBTA, Duplicação é “a técnica de produção de cópias de documentos a partir de uma matriz”. De acordo com Carmina Nogueira nos Anais do 1º Seminário Brasileiro de Reprografia, a **Duplicação** “serve para obter um grande número de cópias com maior rapidez, a um menor custo, muito embora a confecção da matriz seja mais cara”. Os mimeógrafos são, por exemplo, duplicadores de documentos que utilizam uma matriz de carbono.

Esse é um exemplo de duas definições distintas para um mesmo termo, pois o DBTA omite a questão do número de cópias ou não considera este fator relevante para o usuário.

Reprodução, conforme o DBTA é “o processo de produção de cópia de um documento no conteúdo e na forma, mas não necessariamente em suas dimensões”. De acordo com os Carmina Nogueira, a “reprodução serve para obter um pequeno número de cópias a partir de um documento original”. Novamente é possível verificar a omissão de aspectos fundamentais para diferenciação entre esses dois procedimentos.

A diferença entre esses dois termos está no processo que cada um utiliza para obtenção de cópias, pois, enquanto a duplicação se vale de uma matriz para confecção de cópias, a reprodução não. A matriz é o que permite a confecção de um maior número de cópias, logo é a utilização (ou não) dela que diferencia qual processo de produção de cópias será utilizado: Reprodução ou Duplicação.

Existem dois problemas de significação que podem ser abordados. Primeiramente, a problema de significação que se origina da relação sinonímica entre

os termos, uma vez que o termo <reprodução> é conceituado pelo DBTA com “processo de produção de cópia” e o termo <duplicação> como “técnica de produção de cópia”. A diferença na significação desses termos é mínima, uma vez que ambos tratam da produção de cópias.

Existe uma confusão evidente na utilização desses dois termos pelos usuários de arquivo e mesmo entre os próprios arquivistas a distinção também não está bem clara como é possível observar nos verbetes do DBTA e na ausência de verbetes referentes ao termo <duplicação> nos outros dicionários.

Também é possível observar uma relação hierárquica entre os termos <reprografia>, <reprodução> e <duplicação>, ainda que o termo <reprografia> em seu verbete no DBTA não deixe claro que os processos ou técnicas de reprodução e duplicação são operações distintas.

Na verdade, a definição de <reprografia> é bastante confusa a olhos leigos. Consoante o DBTA o termo expressa o “conjunto dos processos e técnicas de duplicação e reprodução de documentos que não recorrem à impressão tais como fotocópia, processo

eletrostático, termografia e microfilmagem”.

Para compreender, é necessário, pois, a pesquisa do termo <impressão> que, também conforme o dicionário refere-se à “fixação da informação por meio de gravação ou reprodução, mediante pressão sobre suporte apropriado.”

Sobre as relações hierárquicas entre os termos conclui-se que o termo <impressão> e o termo <reprodução> referem-se a processos de obtenção de cópias, sendo que cada um utiliza um método específico. O termo <impressão>, no entanto, contempla também o termo <reprodução> (“por meio de gravação ou reprodução”). Já o termo <reprodução> exclui os métodos de impressão (“métodos que não recorrem à impressão”). Resultando, portanto, na relação hierárquica ilustrada abaixo.

Ainda sobre os problemas de significação, cabe salientar que os termos <reprodução> e <reprografia>, possuem uma relação de Paronímia, ou seja, semelhantes na grafia, porém com significações distintas. Dessa relação gráfica possivelmente se originam também confusões terminológicas.

5.2.2. PROCESSO E DOSSIÊ

As quatro definições do termo <processo> apresentadas conceituam processo enquanto “conjunto de documentos oficialmente reunidos”. O problema semântico deriva das relações sinonímicas entre os termos <processo> e <dossiê>. Conforme o DBTA, o termo <dossiê> conceitua um “conjunto de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto), que constitui uma unidade de arquivamento. Ver também processo.”

Ambos constituem uma unidade de arquivamento, logo seria mais evidente se fosse acrescentada a palavra “artificialmente” ao verbete do termo <dossiê>. Para um profissional é evidente que se foram reunidos por assunto, foram reunidos artificialmente, logo se distingue, e muito, de <processo>, mas para os usuários, não. No dicionário publicado em 1990, Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa, as definições estão mais claras e evidenciam melhor a distinção entre eles: Processo: conjunto de documentos

oficialmente reunidos no decurso de uma ação administrativa ou judicial. Dossiê: conjunto de documentos reunidos artificialmente por assunto para fins de informação ou pesquisa. (DBTA, 1990)

O problema de significação que aí reside vai além de uma relação sinonímica, mas está atrelada também a uma relação de hiperonímia, visto que ambos estão subordinados hierarquicamente ao termo <unidade de arquivamento>. Consoante o DBTA, <unidade de arquivamento> é: “documento(s) tomado(s) por base, para fins de classificação (1), arranjo, e armazenamento (1) e notação. Ver também dossiê e dossiê processo.” Trata-se, pois, de uma relação de hierarquia entre os termos e esta relação é uma provável causa do problema de significação que comumente ocorre. Existe um controle vocabular por parte do DBTA, ao valer-se das remissivas para indicar os termos associados.

Relembrando que tal fenômeno – Hiperonímia – consiste em um termo que dá uma ideia de um todo e deste todo se originam ramificações. Assim ocorre com os termos em análise.

É importante lembrar que os usuários em geral

tendem a procurar primeiramente os dicionários não especializados que estão ao alcance do público e de maior conhecimento. Dito isso, cabe destacar que, consoante o Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, os termos <processo> e <dossiê> não apresentam distinções claras, podendo tomar o significado de um pelo o outro sem compreender suas características e particularidades.

5.2.3. ANEXO E APENSO

Inicialmente, cabe lembrar que o termo <anexo> é polissêmico, ou seja, apresenta mais de um significado, podendo ser empregado tanto para designar uma sede fora do Arquivo, tanto para designar um “documento ou processo juntado, em caráter definitivo, a outro documento ou processo (...)”. Não parece, porém, que esse seja um motivo para confusões terminológicas, visto que está bem claro no DBTA.

Outro fator importante e, que pode ter influenciado nas confusões terminológicas é o fato de que os termos <anexo> e <apenso> estão com as definições invertidas no dicionário de 1986. O termo

<está> descrito como “matéria suplementar, relacionado ao texto, ao documento, mas que não constitui a parte essencial da obra acrescenta ao fim de lá. (...)”, enquanto o termo <apenso> é tido como “documento reunido ao processo não fazendo, entretanto parte integrante dos autos. Ver: Anexo”. Vê-se, pois, que as confusões em torno dos termos em análise já são antigas. No DBTA (2005), os verbetes já estão corretamente conceituados.

Os termos <anexo> e <apenso> possuem significados muito semelhantes, o que já indica uma relação sinonímica, se diferenciando tão somente pelo fato de que o termo <apenso> designa “documento ou processo juntado ao processo, sem, contudo, passar a integrá-lo”, logo não se tratando de uma juntada em caráter definitivo, o que diferencia do termo <anexo>.

O problema de significação entre esses termos também parece ser outro caso de hiperonímia. Ambos os termos (anexo e apenso) estão subordinados hierarquicamente ao termo <juntada>. Conforme o DBTA, <juntada> é “apensação ou anexação de um processo a outro. 2 Junção de documentos a um processo.”

Levando em consideração as diferenças entre os dicionários gerais e os dicionários especializados, é possível observar ainda uma clara distinção entre as definições apresentadas por um e outro, como é o caso das definições apresentadas para os termos <apenso> e <anexo> pelo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa. Cabe ressaltar o fato de que para o Dicionário, os termos <apenso> e <anexo> são sinônimos como é possível visualizar no verbete atribuído para o termo <apenso>: “Conforme o Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa o termo <apenso> designa “[Do lat. appensu.] Adjetivo. 1. Junto, anexo. Substantivo masculino. 2. Aquilo que se apensa; acréscimo, anexo.”.Essas informações genéricas obtidas através de dicionários não especializados são outro fator ao qual podemos atribuir problemas de significação entre os termos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste trabalho é possível concluir que, de fato, existem relações semânticas que envolvem os termos arquivísticos em língua portuguesa e que, com base

nestas relações, é possível inferir possíveis problemas de significação e ainda, futuramente, propor soluções, tais como controle vocabular. Dos oito termos selecionados para compor o quadro comparativo, já se tinha um conhecimento prévio de que todos possuíam algum problema de significação, fossem divergências terminológicas entre os verbetes dos Dicionários de Terminologia Arquivística em Língua Portuguesa, fossem problemas de significação entre os próprios termos de um mesmo dicionário.

Foi comprovado que, de fato, as relações semânticas são capazes de explicar (ou justificar) o uso indevido de certos termos arquivísticos. Foi comprovado ainda que as relações semânticas, fonéticas e gráficas ocorrem com uma frequência relativamente grande se levado em consideração o número pequeno de termos coletado como amostragem. Dentre as relações semânticas mais frequentes, concluiu-se que as relações sinonímicas entre os termos estão no topo.

Outros trabalhos já foram realizados sobre o assunto em pauta, conforme se pode observar no capítulo 3 – Subsídios para Análise -, página 18, o qual

trata dos estudos sobre controle vocabular e cita como referência pesquisas anteriores a essa e que serviram de base para realização desta obra, uma vez que versam sobre o assunto e levantam questões semelhantes, tais como de que forma as relações semânticas afetam a significação dos termos, ou mesmo como o conhecimento delas pode contribuir para um controle vocabular mais eficiente.

A partir deste trabalho foi possível também compreender os estudos sobre Terminologia e sobre Semântica, mas principalmente como ambas as disciplinas afetam a Arquivologia e servem como aparato teórico para construção de uma terminologia arquivística consistente e realmente funcional.

7. REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: 2005.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa**. São

Paulo: 1990.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS.
Dicionário de Terminologia Arquivística. São Paulo:
1996.

BELLOTTO, H.. **A Terminologia das Áreas do Saber e do Fazer: O caso da arquivística.** Revista Acervo,
Disponível em :
<<http://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/137/109>>. Acesso em: 05 Dez.
2014.

BOULANGER, Jean-Claude. Alguns componentes lingüísticos no ensino da terminologia. **Ciência da informação**, v. 24, n. 3, 1995.

CAGLIARI, Luis Carlos. **Alfabetização e Linguística.** São Paulo: Scipione Ltda, 1997.

CARMINDA, Nogueira de Castro Ferreira. MARIA DE FÁTIMA, De Castro Ferreira Zanin de Freitas.
Reprografia: “Que Bicho é esse?” Seminário Brasileiro de Reprografia, 1., São Paulo, 1982. Anais do 1º Seminário Brasileiro de Reprografia

DIAS, Carlos Augusto. **Terminologia: Conceitos e Aplicações**. Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 1, p. 90-92, jan./abr. 2000.

DUCHEIN, Michel. Os arquivos na Torre de Babel: problemas de terminologia arquivística internacional. Acervo. **Arquivo Nacional, Rio de Janeiro**, v. 20, n. 1-2, p. 13-22, 2007.

FAULSTICH, Enilde. Variantes terminológicas: princípios lingüísticos de análise e método de recolha. **ACTES Réflexions méthodologiques sur le travail en terminologie et en terminotique dans les langues latines**. Realiter/Université de Nice Sophia-Antipolis, Nice, p. 15-20, 1996.

FERREIRA, AB de H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Editora Positivo, 2004.

FOX, M.. Por que Precisamos de Normas. **Revista Acervo**, Disponível em: <<http://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/127/104>>. Acesso em: 05 de março de 2014.

KOBASHI, N. Y. *et al.* **A função da terminologia na construção do objeto da ciência da informação.** *Datagramazero*, v. 2, n. 2, 2001.

KOCH, Ingedore G. Villaça. Léxico e progressão referencial. **Estudos em homenagem ao professor doutor Mário Vilela**, v. 1, p. 263-276, 2005.

NAGEL, Rolf. Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional. Centro de Educação, Ciência e Documentação. Dicionário de Termos Arquivísticos. **Dicionário de Termos Arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira.** Salvador: UFBA, 2.ed. 1991.

PEDROSA, F. et al. **Dar a palavra à ciência: diálogos entre linguística e linguagens de especialidades a propósito de um dicionário terminológico.** In: *Estudos em homenagem ao professor doutor Mário Vilela*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.

ZAVAGLIA, Claudia. Ambigüidade gerada pela homonímia: revisitação teórica, linhas limítrofes com a polissemia e proposta de critérios distintivos. **São**

Paulo: DELTA, 2003.

Análise das políticas públicas de arquivo: um estudo com os municípios da Grande Porto Alegre/RS

Francisco Weliton Souza

1. INTRODUÇÃO

É inegável a significativa contribuição que os arquivos tiveram e têm para as administrações públicas, ao passo que essa ligação remonta desde o início das civilizações. Não é de hoje que se sabe que os órgãos públicos e os arquivos possuem (ou deveriam possuir) uma relação de benefício mútuo, podendo assim dizer, em que aqueles se preocupam em guardar e conservar adequadamente seus documentos em local apropriado e estes, por sua vez, guardados de forma organizada, se tornam de fácil acesso, podendo servir futuramente para solução de problemas, para a tomada de decisões, informação, prova. A Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 2013), em seu artigo 216, parágrafo 2º, assim como a Lei dos

Arquivos de 08/01/91 (BRASIL, 2013), em seu artigo 1º, mencionam o dever dos órgãos públicos, independente da esfera de governo, com seus acervos documentais, considerados patrimônios da União. O cuidado com esses acervos se aplica através de atividades arquivísticas essenciais: de gestão documental, de preservação do patrimônio documental e da garantia de acesso à informação pública. Corroborando esse compromisso dos poderes públicos com os documentos ainda pode-se trazer o artigo 23, capítulo III da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2013) que informa: Art. 23. É de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: III- proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

Com a finalidade de conhecer a realidade dos arquivos municipais, objetivou-se desenvolver essa pesquisa, a fim de: identificar, por parte dos municípios, o cumprimento da legislação brasileira no que diz respeito à criação, organização e manutenção de arquivos públicos, subsidiando dessa forma a

gerência municipal e garantindo direitos à população, através do acesso à informação pública. Analisar as políticas públicas de arquivo desenvolvidas pelos arquivos municipais, contando estes com a colaboração da direção executiva para que assim possa qualificar o trabalho da própria administração pública, promovendo eficiência e eficácia do trabalho, economia de custos, tempo e espaços, recuperação ágil da informação e, conseqüentemente, agilidade na tomada de decisões, além de padronização das tipologias documentais, controle de cópias, diminuição da massa documental e promoção de acesso a informação pública. Avaliar o conhecimento, por parte dos municípios, da profissão de arquivista e suas atribuições, essenciais ao bom desenvolvimento do trabalho administrativo da instituição. Conhecer se há arquivistas coordenando os arquivos municipais pesquisados.

2. UNIVERSO E METODOLOGIA DA PESQUISA

O contexto geográfico escolhido para essa pesquisa foi a Região Metropolitana de Porto

Alegre/RS (RMPA), constituída atualmente de 34 municípios, segundo Martins (2013), dos quais foram selecionados 16 deles para compor a amostra que será estudada neste trabalho. O instrumento de pesquisa utilizado para esse trabalho foi um questionário semiestruturado, distribuído em 5 módulos, com perguntas abertas e fechadas, aplicado aos responsáveis pelos arquivos municipais, através de contato via e-mail. Os 16 municípios participantes da pesquisa são: Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Montenegro, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Portão, São Jerônimo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia e Viamão. De todos os participantes somente um município não retornou com o questionário respondido. Com a coleta de dados desse instrumento pretendeu-se avaliar as condições, físicas e organizacionais em que se encontram esses arquivos municipais; verificar quais atividades arquivísticas são desenvolvidas nas suas rotinas de trabalho; averiguar a participação e contribuição do governo municipal para o desenvolvimento das atividades de arquivo; constatar

o cumprimento das determinações legais no que diz respeito aos arquivos; verificar se há atuação de profissional de arquivo nesses setores, dentre outras considerações que podem ser obtidas dessa pesquisa.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITO E IMPORTÂNCIA SOCIAL

Depreende-se de Souza (2006, p.03) sobre Política Pública como sendo a elaboração de planejamentos visando ações que tem o propósito de atender as demandas solicitadas pela população, para que esta possa viver harmoniosamente. Essa construção de planejamentos e ações é exercida pelo governo conjuntamente com a participação popular. O povo tem nesse momento a oportunidade de dar sua opinião e votar no que considera necessário em sua comunidade. As demandas são avaliadas e verifica-se o que é prioridade no momento para atendê-las na medida do possível. Os cidadãos se organizam em ONG's, sindicatos, associações de bairro para, dessa forma organizada e unida, levar suas reivindicações ao governo e assim poderem votar no que consideram

necessário à sua região e cobrar resultados do governo.

Em se tratando de Políticas Públicas de Arquivo Souza (2006, p. 05) menciona que é de responsabilidade dos coordenadores dos arquivos, nesse caso os arquivistas, junto com as administrações públicas formular ações que atendam a determinados objetivos: primeiramente, o direito do cidadão de acesso à informação; em segundo lugar o apoio ao governo, bem como a proteção a memória e ao desenvolvimento científico.

Oliveira (2007) expressa a mesma importância dada as ações de políticas públicas, mencionadas anteriormente por Souza (2006), em outras palavras, como se pode ver a seguir:

*A implantação de políticas públicas de gestão documental em esfera municipal é condição indispensável para que as administrações municipais possam assegurar o **acesso** à informação, o **controle** das finanças públicas e **transparência** administrativa, bem como agregar **qualidade** aos seus serviços, de maneira a atender às crescentes demandas das sociedades modernas (2007, p.11-12,*

grifo do autor).

4. LEVANTAMENTO DOS DADOS: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS ARQUIVOS MUNICIPAIS

A pesquisa foi desenvolvida usando como instrumento de coleta de dados um questionário, semiestruturado, em 5 módulos, aplicado via correio eletrônico, aos coordenadores dos arquivos municipais, entendendo-se como as pessoas mais indicadas para responder as questões elaboradas. O universo da pesquisa constitui-se de uma amostra dos municípios pertencentes à Região Metropolitana de Porto Alegre/RS (RMPA). A partir do recebimento das respostas procedeu-se à análise dos dados coletados que, junto com a literatura a cerca do tema da pesquisa, permitiu-se chegar a uma interpretação das condições atuais dos arquivos municipais gaúchos.

O primeiro módulo de perguntas objetiva saber: Quanto a nomenclatura mais utilizada para o arquivo municipal, dentre o total de municípios participantes

da pesquisa, 15, a denominação com maior expressão de respostas foi a de Arquivo Municipal, com 33,33%, em segundo lugar aparece Arquivo Central, com 26,66%. Arquivo Morto, mesmo não sendo uma terminologia usual no meio arquivístico, ainda assim obteve 13,33% das respostas. Outras denominações que não foram propostas apareceram como opções, assim como se identificou uma denominação não comum, a de Patrimônio, com 6,66%. Por Arquivo Municipal entende-se do órgão que, vinculado à administração municipal, tem por finalidade custodiar os documentos por esta produzida e recebida, assim como disponibilizar o seu acesso a quem interessar, sendo que para isso faz-se necessário que a documentação esteja organizada, conservada e acessível para dar rápida resposta tanto a administração como ao cidadão. Verifica-se que não há uniformidade quanto a denominação desse órgão dentro das Prefeituras pesquisadas, bem como percebe-se ainda a utilização de termos nada próprios, como Arquivo Morto, que denota um descaso com a documentação.

Quanto à instituição legal do arquivo na

Prefeitura, do total de participantes obteve-se 66,66% das respostas que disseram que os municípios têm instituídos, por meio de ato legal, os seus respectivos arquivos dentro da sua organização administrativa. Em contrapartida, verificou-se em 26,66% das respostas que ainda não possuem arquivos instituídos legalmente, sendo estes somente vinculados a secretarias ou departamentos da administração e ainda 6,66% que não souberam responder a essa pergunta. Está previsto na legislação brasileira, a exemplo a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2013) e a Lei dos Arquivos nº 8.159, de 08/01/91 (BRASIL, 2013), que os órgãos públicos, independente da esfera de atuação, devem institucionalizar, através de algum dispositivo normativo, um órgão que seja responsável pelo acervo documental, nesse caso o arquivo municipal.

Quanto à formação profissional do coordenador do arquivo, as respostas se apresentaram da seguinte maneira: pessoas com ensino fundamental: 13,33%; com ensino médio: 13,33%; com ensino superior incompleto (em diferentes áreas): 33,33%; tecnólogo em gestão de pessoas: 6,66%; historiador: 6,66%,

pessoas com cursos diversos: 13,33%; não responderam: 13,33% e arquivista: não obteve resposta. Através da Lei nº 6.546 de 04 de julho de 1978 (BRASIL, 2013) e do Decreto nº 82.590 de 06 de novembro de 1978 (BRASIL, 2013) ficam criadas e regulamentadas as profissões de arquivista e técnico de arquivo, que através das atribuições que lhes são conferidos compreende-se que são os profissionais capacitados a trabalhar nesses órgãos, entre outros. Porém a realidade é bem diferente.

O segundo módulo de perguntas tem como foco as características dos acervos pesquisados: Quanto ao período compreendido pela documentação do acervo, 66,66% dos municípios responderam que eles são compostos desde a emancipação política ou desde a fundação dos referidos municípios. Em contrapartida, 53,33% dos municípios disseram que a documentação possui lacunas de tempo. Alguns municípios responderam as duas alternativas dessa questão. Dentre as políticas de arquivo estão as medidas de conservação e preservação dos documentos. Cabe aos órgãos governamentais, independente da sua esfera, adotar tais medidas para preservar seu acervo o mais

completo e íntegro possível, individual e coletivamente, para que seja possível o acesso pela administração e pela população.

Quanto às condições em que se encontra o acervo, as respostas apresentaram-se da seguinte maneira: 60% dos municípios disseram que seus acervos estão danificados por manuseio/ acondicionamento, 20% responderam que os acervos encontram-se infestados por agentes biológicos/ roedores e 46,66% disseram que os acervos encontram-se em boas condições de consulta. Alguns municípios assinalaram mais de uma alternativa. É visível, numa porcentagem significativa, o descaso com os acervos documentais públicos. Faz-se necessário planejamentos e ações conjuntas entre o gestor do arquivo e o gestor municipal a fim de propor medidas arquivísticas que solucionem ou amenizem os danos causados aos acervos.

Quanto ao estágio de tratamento do acervo, 20% mostram que seus acervos estão totalmente identificados, enquanto que 6,66% responderam que seus acervos estão totalmente organizados. Essa realidade dos acervos pode ter vários fatores

determinantes. Acredita-se que uma solução seria conscientizar os gestores e demais políticos da importância que os arquivos têm para as administrações municipais e para os cidadãos, cabendo a eles subsidiar com os suportes básicos, permitindo que se realize as atividades necessárias do setor, mantendo-os organizados e funcionais, afim de que estes possam servir a quem deles precisar.

O terceiro módulo propõe avaliar as atividades de arquivo desenvolvidas: O arquivo faz parte de um sistema/ rede de arquivos? Em 86,66% das respostas os participantes disseram que não integram nenhum sistema de ou rede de arquivos, de nenhuma esfera, enquanto 13,33% disseram que sim. Por Heredia (1993, p.207) entende-se sobre “sistemas de arquivos” como um conjunto de atividades articuladas através de uma rede de centros e serviços técnicos para normatizar o recolhimento, a transferência, o depósito, a organização, a descrição e os serviços com os documentos.

O objetivo de um sistema de arquivos é implementar, dentre os participantes do mesmo, a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados,

visando a gestão, a preservação e o acesso aos documentos de arquivo (SISTEMA NACIONAL DE ARQUIVOS, 2013).

Quanto ao arquivo ser o órgão central do sistema/ rede de arquivos, a maioria dos respondentes, ou seja, 73,33% disseram que não são o órgão central, enquanto 20% responderam que são o órgão central e 6,66% não responderam a questão. Verifica-se nesse contexto de perguntas que, dentre a maioria dos participantes da pesquisa, não há um sistema de arquivos nos municípios em questão e tão pouco há um órgão central responsável pela normatização das atividades.

Quanto ao arquivo promover gestão documental da documentação produzida/ recebida pela Prefeitura (da fase corrente até a intermediária), em 66,66% das respostas os participantes disseram que não promovem gestão documental, enquanto que 26,66% disseram que promovem gestão dos seus documentos e 6,66% não responderam a essa questão. A gestão documental está prevista na legislação brasileira como uma das atividades arquivísticas que devem ser executadas nas administrações públicas,

independente das esferas, pelos arquivos públicos, servindo de importante ferramenta arquivística por estabelecer medidas e rotinas com vistas à racionalização, à eficiência na produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento dos documentos de arquivo.

As respostas dessa questão reforçam o que já foi verificado nas anteriores, que os municípios não possuem um arquivo municipal funcionando na sua plena capacidade, desempenhando as atividades que lhe cabem, proporcionando um serviço eficiente e eficaz à administração e aos cidadãos.

Quanto as demais políticas de arquivo implementadas pelo município, aqui se procurou verificar quais das demais ferramentas arquivísticas, além da gestão documental, são utilizadas pelos arquivos municipais questionados para colaborar com o desenvolvimento das atividades desse setor. Considerou-se para essa questão: o Plano de Classificação de Documentos, a Comissão de Avaliação de Documentos, a Tabela de Temporalidade de Documentos, a Eliminação de Documentos, a Descrição de Documentos e a Difusão

de Acervos. As respostas apresentaram-se da seguinte maneira: Plano de Classificação com 33,33%; Comissão de Avaliação de Documentos com 20%; Tabela de Temporalidade com 13,33%; Eliminação de documentos com 13,33%; Descrição de documentos com 20% e Difusão de acervos não obteve resposta e 6,66% não responderam a essa questão. Alguns municípios assinalaram mais de uma alternativa. Pode-se perceber que os arquivos municipais pesquisados, na ausência de um profissional com conhecimento na área, não possuem as ferramentas necessárias para desenvolver suas atividades, bem como os demais setores a eles subordinados, comprometendo dessa forma a eficiência das atividades realizadas e dos serviços prestados a própria administração e ao cidadão.

No quarto módulo pretendeu-se analisar a estrutura e serviços do arquivo: Quanto à instalação do arquivo, com 26,66%, os participantes responderam que o prédio do arquivo é próprio para abrigar o acervo municipal; 40 % responderam que o prédio foi adaptado para o arquivo; 20% disseram que o prédio é alugado ou cedido para abrigar o arquivo;

33,33% responderam que o mesmo encontra-se fora da sede da Prefeitura e 40% dos participantes responderam que o espaço físico onde se encontra o arquivo hoje não tem condições necessárias para abrigá-lo. Alguns municípios assinalaram mais de uma alternativa nessa questão.

A Câmara Técnica de Preservação de Documentos, vinculada ao CONARQ, através da resolução nº 13 de 09/11/2001 (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2001), publicou três obras referentes aos arquivos públicos, sendo que uma delas, denominada “Recomendações para a construção de arquivos” (2000), como o próprio nome da obra já demonstra, tem como finalidade orientar o planejamento para a construção, adaptação e reforma de edifícios que abriguem o acervo documental. Porém a realidade atual é a de que os locais onde estão armazenados os acervos documentais não foram planejados para essa finalidade e muito menos com as condições necessárias para abrigá-los e conservá-los, na maioria dos casos, como se pode ver pela pesquisa, são adaptados para essa função, o que reforça a ideia que se tem do descaso que os governantes possuem com a

documentação pública.

Quanto às políticas de preservação dos documentos, a preservação de documentos é outra das ações arquivísticas mencionadas na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2013) e pela Lei dos Arquivos de 08/01/91 (BRASIL, 2013), como necessárias para garantir a manutenção dos acervos públicos.

Quanto às respostas obtidas, 26,66% responderam que fazem controle ambiental do seu acervo; 46,66% adotam medidas de prevenção contra incêndios; 33,33% fazem tratamento de combate a microrganismos/ insetos e roedores e 26,66% responderam que não adotam nenhum dessas medidas para preservação dos seus acervos e 6,66% não responderam a essa questão. Alguns municípios assinalaram mais de uma alternativa nessa questão. Verifica-se através das respostas que as políticas de preservação são pouco desenvolvidas e ainda não são executadas todas as ações possíveis pelos municípios, comprometendo a integridade física da documentação e por consequência a utilização da mesma pela administração e pela população.

Para auxiliar na questão da preservação documental o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), através do projeto “Como Fazer”, em parceria com a Associação dos Arquivistas de São Paulo, elaboraram algumas obras, dentre elas “Como fazer conservação preventiva em Arquivos e Bibliotecas” (2000), onde traz um conjunto de princípios básicos para a implementação e execução de planos de conservação.

Quanto ao arquivo possuir sistema informatizado para processamento técnico da documentação e recuperação da informação do acervo. Considerando a tecnologia da informação um recurso muito utilizado por qualquer profissão e em praticamente todas as atividades, sabendo-se da sua grande contribuição, através de suas várias e variadas funcionalidades, objetivou-se saber se os arquivos municipais possuem sistemas informatizados para tratar os seus acervos. A resposta foi única, 100%, ou seja, todos os respondentes disseram que não possuem nenhum sistema informatizado.

No mundo contemporâneo e globalizado em que se vive, dominado pelos recursos tecnológicos, torna-

se imprescindível que os arquivos se adequem a essa nova realidade e façam uso das vantagens que a tecnologia da informação proporciona para melhor desenvolver suas atividades e atender a administração e ao usuário. Para auxiliar nessa questão a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos, vinculada ao CONARQ, produziu uma obra chamada “Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – e-ARQ” (2006), que tem como proposta estabelecer um conjunto de condições a serem cumpridas pela organização produtora/ recebedora de documentos, pelo sistema de gestão arquivística e pelos próprios documentos com a finalidade de garantir a sua confiabilidade e autenticidade, bem como seu acesso. Além disso, os requisitos são necessários para permitir a identificação de documentos arquivísticos em sistemas informatizados de informação.

Quanto a documentação do acervo encontrar-se disponível em rede, essa questão está relacionada com o contexto da anterior, sobre tecnologia da informação. Como resposta obteve-se 93,33% que

disseram que os documentos não se encontram disponíveis em rede e 6,66%, ou seja, 1 município respondeu que disponibiliza os documentos via Intranet. Pelo o que se apresenta nessas respostas pode-se concluir que os serviços desempenhados pelos arquivos são prejudicados pela pouca ou nada usabilidade dos recursos tecnológicos.

Quanto às políticas de reprodução de documentos, os arquivos públicos devem estar preparados para fornecer a quem requisitar as informações de que mantiverem a guarda. Uma das maneiras de fornecer esse acesso é através das reproduções dos documentos. Dentre as possibilidades de reprodução de documentos: 73,33% responderam que se utilizam da fotocópia, 13,33% responderam que utilizam a digitalização, as demais opções: microfilmagem, eletrostática, transcrição não foram assinaladas. A opção outras recebeu 13,33% das respostas, porém não a especificaram. Outra forma de disponibilização da informação, que é muito eficiente por atingir um número muito grande de usuários de uma vez só, é através do acesso pela internet, através de endereço eletrônico que o arquivo público pode criar para

melhor atender o usuário. Para auxiliar quanto a esse assunto a Câmara Técnica de Preservação de Documentos, vinculada ao CONARQ, através da resolução nº 13 de 09/11/2001 (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2001) publicou a obra “Diretrizes gerais para a construção de *websites* de Instituições Arquivísticas” (2000) que tem como proposta fornecer um referencial básico às instituições arquivísticas interessadas em criar ou redefinir seus *websites*.

Quanto ao atendimento ao usuário, essa questão insere-se no contexto do acesso à informação garantido aos usuários. Os resultados das repostas foram os seguintes: a forma presencial de atendimento obteve 73,33% das respostas; por telefone ficou com 60%; por e-mail e correspondência empataram com 20%. Alguns municípios assinalaram mais de uma alternativa nessa questão.

Verifica-se que o atendimento presencial e por telefone ainda são os meios mais utilizados pelos usuários para solicitar alguma informação. Porém hoje as pessoas estão mais interativas, trocando muito mais informações com muita rapidez através das

redes sociais. Cabe aos arquivos se utilizarem também desses recursos que as tecnologias da informação proporcionam para estabelecer um contato mais rápido e eficiente com os usuários e, dessa forma, disponibilizar uma quantidade maior de informação a um custo mais baixo e com um alcance maior de pessoas.

Quanto ao perfil do usuário, essa pergunta complementa-se com a anterior. Dentre as opções de respostas verificou-se que os funcionários das prefeituras foram os mais mencionados, com 86,66% delas, os cidadãos ficaram em segundo lugar com 46,66% e empatados com 6,66%, ficaram os estudantes e pesquisadores, enquanto a opção genealogista não obteve nenhuma resposta. Alguns municípios assinalaram mais de uma alternativa nessa questão.

Faz parte das políticas de arquivo promover ações de difusão do acervo, bem como do arquivo para atrair os usuários às suas dependências, estimulando-os a explorar o seu conteúdo informacional. Atividades como palestras, visitas guiadas, exposições, ações culturais e educativas são algumas delas.

Quanto às condições de acesso à documentação, a

Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2013), a Lei dos Arquivos de 08/01/91 (BRASIL, 2013) e a Lei de Acesso à Informação de 18/11/11 (BRASIL, 2013) têm pontos em comum, um deles é a garantia do direito de acesso à informação constante nos documentos públicos, dever esse empregado aos órgãos públicos, independente da esfera governamental.

Buscou-se verificar como esse acesso aos documentos públicos é fornecido aos usuários, 73,33% responderam que o acesso é restrito, enquanto 6,66% responderam que o acesso é livre e 20% responderam que não há consulta local da documentação.

Ressalvados os documentos considerados sigilosos dos quais dependem a segurança da sociedade ou os referentes à vida privada e imagem das pessoas que devem ser mantidos sob restrições de acesso, aos demais documentos deve-se fornecer o acesso, competindo aos arquivos respeitar a legislação em vigor sobre essa matéria.

Quanto aos recursos humanos, pretendeu-se verificar como é composto o quadro de pessoal dos arquivos municipais pesquisados. Em 86,66% das respostas prevaleceu como funcionários dos arquivos

o pessoal administrativo, em 46,66% das respostas apareceram os estagiários e, empatados em 6,66%, apareceu o historiador e o bibliotecário, ou seja, 1 profissional trabalhando em cada arquivo. Quanto ao arquivista, não apareceu em nenhuma das respostas, como se percebera anteriormente. Alguns municípios assinalaram mais de uma alternativa nessa questão. Além da ausência de profissional de arquivo também há a falta de capacitação dos funcionários para tratar dos acervos, o que certamente ocasiona num trabalho realizado sem conhecimento específico nesse tipo de atividade.

Por fim, o quinto e último módulo aborda as políticas e legislação de arquivos: quanto ao arquivo integrar políticas externas de arquivo, seja da esfera estadual ou federal, com a finalidade de implementar a Política Pública de Arquivos, receber orientações quanto as atividades a serem desenvolvidas pelo setor, apoio técnico e informacional, entre outras contribuições. Os órgãos citados como possíveis respostas foram: Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ); Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos Municipais (FNDAM) e Sistema de

Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul (SIARQ/RS).

As respostas mais uma vez foram unânimes, todos os 100% dos participantes responderam não participar de nenhuma política externa de arquivos. Isso prejudica as atividades desenvolvidas pelos arquivos, pois deixam de receber apoio, informações, orientações importantes para empregar em seus acervos.

Quanto o arquivo, bem como a Prefeitura, possuírem conhecimento das leis sobre arquivos públicos (nesse caso, a Constituição brasileira de 1988 e a Lei Federal nº 8.159/91), elas trazem algo em comum, que é o dever do poder público, independente da sua esfera, de cuidar dos seus acervos documentais, através de gestão documental, da preservação do seu patrimônio e do acesso às informações públicas aos cidadãos. Tanto os Estados, como o Distrito Federal e os Municípios têm direito de criar leis suplementares, que estejam de acordo com as federais, para criar mecanismos que atendam aos deveres dos órgãos públicos quanto aos seus acervos arquivísticos.

Dentre os participantes, 66,66% responderam que

tem conhecimento dessas leis e 33,33% disseram não conhecê-las. Essas leis são tão importantes quanto as outras referentes aos órgãos públicos, a não só basta conhecê-las, mas colocá-las em prática.

Quanto o arquivo, assim como a Prefeitura, terem conhecimento da profissão de arquivista e de suas atribuições, pretendeu-se conferir a popularidade da profissão de arquivista entre os participantes. A grande maioria, 93,33%, responderam conhecer a referida profissão, enquanto que 6,66%, ou seja, um município respondeu não conhecê-la.

Nesse contexto da pesquisa a porcentagem dos que conhecem a profissão foi bem expressiva, quase unânime, contudo sabe-se que esta profissão mesmo sendo regulamentada há mais de 30 anos ainda enfrenta com a falta de conhecimento e reconhecimento da sua contribuição para as instituições em geral e para a sociedade.

Quanto a pretensão da Prefeitura em abrir processo seletivo para a contratação de arquivistas, complementando a questão anterior, as respostas apresentaram-se da seguinte maneira: 26,66% disseram que há a pretensão de contratar arquivista,

60% não manifestaram a mesma vontade e 13,33% não responderam a questão. Reforça-se a ideia de que não basta conhecer a existência do profissional, mas há também a necessidade de contratação do mesmo, visto a importante contribuição que ele pode proporcionar com seu trabalho.

Quanto a iniciativa do arquivo, junto com a Prefeitura, em se adequar a Lei de Acesso à Informação de nº 12.527/2001, lei esta que corrobora o que a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2013) e a Lei dos Arquivos de 08/01/91 (BRASIL, 2013) já definiram como sendo dever dos órgãos públicos, de zelar pelo patrimônio documental, através do gerenciamento dos documentos e de sua preservação e, o tema principal dessa lei, do acesso aos documentos públicos pela população. Fica a cargo dos órgãos públicos criar mecanismos para fornecer essas informações com rapidez e eficiência, garantindo assim o direito a cidadania através do acesso à informação.

Das respostas obtidas, 20% deles disseram que não estão fazendo nada em relação a esse assunto, 66,66% responderam que estão tomando medidas no sentido

de atender a lei e 13,33% não responderam a questão. Verifica-se com essa lei, além do reforço no compromisso com a documentação pública, a questão bem marcante do acesso aos documentos e do dever dos órgãos em providenciar meios para esse acesso, mas percebe-se que ainda levará muito tempo para se adequar a esta lei.

Quanto aos investimentos financeiros próprios com os quais conta o arquivo, este como órgão estabelecido em lei federal, com a finalidade de servir a administração e ao usuário, segundo minuta de projeto de lei para criação de Arquivos Públicos, constante no endereço eletrônico do CONARQ, têm como subordinados as unidades administrativas da instituição, nesse caso a Prefeitura, que devem receber dele as orientações/recomendações de como desenvolver suas atividades com os documentos, visando maior agilidade e eficiência. O arquivo além de desempenhar suas próprias atividades, faz-se necessária estrutura física adequada, recursos humanos próprios e, algo muito importante, recursos financeiros para desenvolver as atividades necessárias.

Questionado aos participantes se possuem dotação orçamentária própria para os arquivos, 26,66% responderam que sim, 73,33% responderam que não. Sem recursos próprios destinados ao arquivo torna-se inviável desenvolver ações no mesmo.

Quanto aos recursos humanos do arquivo serem suficientes para a demanda de trabalho, os recursos humanos são imprescindíveis para o desenvolvimento em tempo hábil das atividades do setor, é indispensável que possuam conhecimentos específicos ou que recebam capacitações periódicas para que as atividades sejam desempenhadas com máxima qualidade possível.

Quanto a esse ponto questionado, 66,66% dos participantes responderam que não possuem recursos humanos suficientes e 33,33% responderam que sim.

Quanto o arquivo receber apoio político da Prefeitura para aprovação de projetos que visem melhorias no desenvolvimento do trabalho, preservação da documentação, divulgação do acervo, obteve-se, 46,66% responderam que os arquivos não recebem apoio político para aprovação de projetos, 33,33% disseram que sim e 20% não responderam a

questão.

O apoio dos dirigentes municipais e demais políticos é muito importante para o desenvolvimento de ações, projetos, obras entre outras atividades nos arquivos, pois sem a aprovação deles não se pode fazer nada. Cabe ao responsável pelo arquivo conscientizar os políticos da importância que o mesmo tem para a administração e para os cidadãos, assim como apresentar perspectivas de resultados que se pode obter através do funcionamento dentro dos padrões dos arquivos.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como proposta analisar as políticas públicas desenvolvidas pelos arquivos municipais, assim como verificar o cumprimento das leis referentes aos arquivos por parte dos mesmos, identificar a participação de arquivistas na coordenação desses espaços de informação. Para tal objetivo tomou como amostra municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS.

Ao longo da análise e interpretação dos dados

coletados pode-se verificar várias situações referente aos arquivos municipais que não estão de acordo com o que determina a legislação brasileira e com o que recomenda a literatura arquivística quanto a esse tema.

Não há uma uniformidade quanto à denominação do órgão dentro da instituição- Prefeitura, e ainda ocorre a utilização de termos nada próprios da área, do tipo “arquivo morto”, que denotam um descaso com a documentação.

A formação profissional do coordenador do arquivo é um ponto importante nessa pesquisa. Em nenhuma das respostas verificou-se a atuação de arquivistas, e sim, a de profissionais de áreas diversas, bem como pessoas com apenas o ensino fundamental e médio completos. Pessoas que não possuem o conhecimento específico da área dos arquivos e por conta disso são limitadas a oferecer um serviço com qualidade. Apesar de existir a profissão há mais de 30 anos, os arquivistas ainda são desconhecidos pela sociedade.

Os arquivos municipais não apresentam instrumentos arquivísticos elaborados conforme os

modelos padrões para auxiliar nas atividades do setor, os que possuem não tem a mesma eficácia daqueles produzidos por um profissional. Os arquivos, como órgãos dotados de autoridade dentro da instituição, não estabelecem diretrizes para que as unidades administrativas sigam um padrão de trabalho. Eles não são vistos dessa forma, e sim como depósitos acumuladores de “papéis velhos”, apesar de a maioria deles ter o arquivo instituído legalmente em sua estrutura organizacional, como determina a legislação brasileira. Estes órgãos também não integram nenhuma política externa de arquivos que os auxilie com informações/orientações da área. Verificou-se que os acervos documentais, na maioria dos arquivos, encontram-se danificados ou prejudicados por ação de microrganismos ou insetos/ roedores. No quesito tecnologia de informação todos foram unânimes em dizer que não possuem esses recursos que contribuem para agilizar e facilitar as tarefas a serem desenvolvidas.

No que diz respeito à questão do acesso aos documentos públicos, a maioria dos participantes da pesquisa ainda não executam atividades com essa

finalidade, não obedecendo ainda a Lei de Acesso à Informação de nº 12.527 de 18/11/11 (BRASIL, 2013). Lei essa que garante o direito aos cidadãos de obter acesso às informações constantes em documentos de ordem pública. Em muitos dos arquivos pesquisados encontrou-se restrições de acesso aos documentos, certo de que não foi especificado os motivos para tal atitude, mas elas devem ser consideradas exceções à regra.

Dentre os arquivos pesquisados constatou-se que a maioria dos usuários desses órgãos são os próprios funcionários da administração municipal, em segundo lugar ficaram os cidadãos. Nesse mesmo contexto verificou-se que os arquivos não promovem ações de divulgação dos acervos documentais e dos próprios arquivos, atividade também conferida ao arquivista, difusão de acervos, para dessa forma atrair o público para conhecer e se utilizar dos seus serviços.

Os arquivos não contam com espaços adequados para guardar e preservar seus acervos. Carecem de quadro de pessoal para trabalhar nos arquivos, assim como capacitá-los para que melhor possam desenvolver suas atividades.

Os municípios em sua maioria mostraram conhecer as leis sobre os arquivos públicos, bem como sobre a profissão de arquivista, mas pouco ou nada fizeram para mudar suas realidades.

Acredita-se que o apoio dos dirigentes municipais é algo imprescindível para que as atividades, obras, projetos dos arquivos sejam executados, porém deve-se fazer um trabalho de sensibilização junto a eles sobre a importância do arquivo e dos proveitos que o setor pode oferecer tanto para a administração como para a sociedade. Claro que se faz necessário que todo esse trabalho seja gerenciado por um arquivista que, contando com o apoio dos gestores municipais, com recursos financeiros, humanos e de materiais e com autonomia e autoridade, próprios dos arquivos, poderá fazer um trabalho que resulte em benefícios para a administração local e para a população.

Enfim, nessa amostra da pesquisa pode-se perceber que há muito para se fazer para mudar a realidade desse arquivos. Espera-se que com este trabalho possa, a partir da realidade apresentada, propor novas discussões, debates, e, principalmente, que se comece uma mudança na mentalidade dos

políticos quanto a importância dos arquivos públicos.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.
P u b l i c a ç õ e s. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesp_publicacoes.php>. Acesso em: 25/09/2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília. DF. 05 out 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.
Acesso em 19/06/2013.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei Geral de Acesso à Informação Pública. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF. 18 nov. 2011, p. 1. Disponível em:
<<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/gilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 20/06/2013.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Brasília, DF. 9 jan. 1991. Disponível em:
<<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/gilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 20/06/2013.

BRASIL. Lei nº 6.546, de 04 de julho de 1978. Dispõe

sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivos, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República do Brasil, Brasília, DF. 05 jul. 1978. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm>. Acesso em: 15/06/2013

BRASIL. Decreto nº 82.590, de 06 de novembro de 1978. Regulamenta a Lei nº [6.546](#), de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de técnico de Arquivo. Diário Oficial [da] República do Brasil, Brasília, DF. 07 nov. 1978. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-82590-6-novembro-1978-431857-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15/06/2013.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ. Resolução nº 13, de 09 de novembro de 2001. Legislação Arquivística Brasileira, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001, p.111.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ. Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ (Brasil). Diretrizes para a construção de websites de instituições arquivísticas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

OLIVEIRA, Daise Aparecida. Planos de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos para as Administrações Públicas Municipais. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2007. 414 p.

HERRERA, Antonia Heredia. **Archivística General: Teoría y Práctica**, 6. ed. Sevilla: Diputacion Provincial de Sevilla, 1993. p. 207.

MARTINS, Cristina Maria dos Reis. **Caracterização da Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre, 2013. Textos para Discussão FEE nº 12. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/tds/112.pdf>>. Acesso em 30/09/13.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Classificação: um dos problemas fundamentais da arquivística contemporânea. **Arquivo & Informação**, Brasília, v.1, n. 1, p. 3, 1995. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1252>>. Acesso em: 11/09/2013.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. O arquivista e as políticas públicas de arquivo. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 2., 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1026/1/EVENTO_ArquivistaPoliticaPublicaArquivo.pdf>. Acesso em: 11/09/2013.

Uma visão arquivística sobre o Portal do Aluno através da metodologia InterPARES

Jean Felipe Pires Moreira

1. INTRODUÇÃO

Este artigo foi elaborado com base em estudo realizado no ano de 2014 para a elaboração de trabalho de conclusão de curso de bacharelado em Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e apresenta, de forma resumida, a análise do portal do aluno da UFRGS sob um enfoque arquivístico, utilizando-se da metodologia desenvolvida no âmbito do Projeto InterPARES (International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems - Pesquisa Internacional sobre Registros Autênticos Permanentes em Sistemas Eletrônicos), e os resultados obtidos desse estudo.

O problema de pesquisa surgiu da observação de que o portal do aluno centraliza muitas das ações e da

vida acadêmica do aluno durante a graduação, sendo através desse sistema que o graduando obtém documentos como comprovantes, atestados, faz solicitações de benefícios, serviços, consegue informações e acompanha as suas demandas, reunindo, conseqüentemente, seus registros, tornando-se uma espécie de dossiê do aluno, futuramente podendo ser única fonte de consulta aos registros que o aluno terá durante a graduação.

Para realizar a análise proposta foram estudados três tipos documentais gerados através do portal do aluno, o Comprovante de Matrícula, o Atestado de Matrícula e o Histórico do Curso. Foram verificados se nesses documentos estavam presentes elementos necessários para que sejam considerados arquivísticos, segundo o Projeto InterPARES.

Aplicou-se parte da metodologia desenvolvida pelo InterPARES, utilizando-se de dois instrumentos desenvolvidos no âmbito deste, o “Roteiro para análise contextual dos estudos de caso” e o “Modelo para análise diplomática”, unindo-se ao conhecimento já existente do portal e da

Universidade. Diante desse estudo obteve-se o resultado dos citados tipos documentais em relação aos elementos que os permitem ou não serem considerados arquivísticos.

Ao final foi possível levantar alguns pontos que precisam ser melhorados como a articulação dos documentos e características primordiais como a autenticidade, a confiabilidade e a unicidade que precisam ser mais bem trabalhadas. Apontou-se também a possibilidade do Histórico do curso ser considerado base de dados e não um documento.

2.DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO CONVENCIONAL

Considera-se como documento arquivístico aquele produzido ou recebido por pessoa física e/ou jurídica no decorrer das atividades que realiza, independente do suporte em que esteja armazenado, mantendo relações orgânicas com outros documentos. Sendo fonte de prova respaldando transações e atos, podendo servir futuramente para pesquisadores,

historiadores e o cidadão em geral na busca de informações. Tais documentos passam por fases, seguindo um ciclo que pode culminar na sua eliminação ou guarda permanente, pois nem todos os documentos tem a necessidade de serem mantidos de forma definitiva, e tal destinação é estabelecida pelo processo de avaliação que estabelece os valores desses documentos, podendo ser considerados primários (servindo a fins administrativos, jurídicos/legais e fiscais) ou secundários (servindo a fins probativos e informativos).

O documento arquivístico, não é qualquer documento, ele está cercado de componentes e características que o diferencia de outros tipos de documentos, sendo essenciais para que possa cumprir os objetivos para o qual foi produzido. Compõem o documento arquivístico:

- O suporte, analisado quanto ao material de que é feito (papel, argila, pergaminho), seu formato (tábua de argila, rolo de pergaminho) e como é preparado para receber a mensagem, sendo componente

básico para que possa existir um documento arquivístico;

- O conteúdo, que é a mensagem transmitida pelo documento, não apenas externamente, mas todo o contexto que o cerca;
- A forma física, que é a aparência do documento (suporte, escrita, linguagem, sinais especiais, selos, anotações) também chamada de caracteres extrínsecos e a intelectual, relacionada à articulação do documento, também chamados de caracteres intrínsecos, dividido em protocolo inicial, texto e protocolo final, cada um sendo composto por uma série de elementos;
- A ação, definida como a manifestação de vontade da pessoa física ou jurídica visando criar, alterar ou extinguir situações;
- As pessoas envolvidas na produção do documento (autor, redator e destinatário);
- A relação orgânica, que refere-se ao vínculo estabelecido entre os documentos

relacionados a mesma atividade;

- E o contexto, que relaciona o documento com o ambiente em que foi criado (jurídico-administrativo, de proveniência, de procedência, documental e tecnológico).

Como características indispensáveis ao documento arquivístico temos:

- Autenticidade que refere-se de acordo com o E-Arq (2011) ao documento ser o que diz ser, independente de se tratar de minuta, original ou cópia, estando livre de adulterações ou qualquer outro tipo de corrupção. Essa garantia esta relacionada ao modo, forma e estado de transmissão do documento além da preservação e da custódia pelo seu criador e por quem o receberá;
- Fidedignidade (Confiabilidade) relacionada à garantia do documento sustentar os fatos que esta atestando, estando ligada diretamente a completude da articulação do documento e seus procedimentos de criação;

- Organicidade que é a relação orgânica referida anteriormente;
- A indivisibilidade que trata da não dispersão dos fundos de arquivo; e
- A unicidade que refere-se ao lugar único que cada documento tem dentro do conjunto ao qual pertence.

3. DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO ELETRÔNICO

Considera-se como documento arquivístico eletrônico aquele produzido ou recebido por pessoa física e/ou jurídica no decorrer das atividades que realiza, que podem ser acessados e interpretados apenas por meio computacional. O documento arquivístico eletrônico possui os mesmos componentes e características do documento arquivístico convencional, porém com alguns diferenciais na forma de serem analisados determinados elementos.

No documento arquivístico convencional o suporte e o conteúdo são inseparáveis, diferentemente

do documento arquivístico eletrônico, onde ambos são vistos de forma separada, sendo o suporte considerado apenas um carregador do conteúdo.

No caso de documentos convencionais, o suporte papel e o conteúdo que carrega são inseparáveis. Já em relação ao documento eletrônico, o suporte (magnético ou ótico) é uma parte física separada do conteúdo. Trata-se de uma característica diferenciadora desse tipo de documento que, ao contrário dos documentos convencionais, não tem no suporte um elemento significativo, mas um mero carregador físico. (RONDINELLI, 2005, p. 56)

187

De acordo com Rondinelli (2005) se a cada reprodução de um documento eletrônico mudar apenas o suporte, ele continuará sendo igual ao que foi reproduzido. Mas é necessário limitar as possibilidades de apresentação do documento em termos de forma (caracteres extrínsecos e intrínsecos), essa restrição nas possibilidades de apresentação é conhecida como “variabilidade limitada”.

Em relação às anotações que no documento arquivístico convencional são considerados como elemento externo do documento (extrínsecos), no documento arquivístico eletrônico é vista como parte do conteúdo (intrínsecos), são os metadados do documento. Outro diferencial está relacionado às pessoas que precisam estar envolvidas na produção do documento eletrônico, sendo preciso a identificação além das três pessoas do documento arquivístico convencional também do criador (produtor), considerado como o fundo ao qual o documento pertence; e o originador, que é o dono do e-mail ou página do qual o documento é enviado ou acessado.

A garantia de autenticidade e fidedignidade depende de mais aspectos nos documentos eletrônicos, onde a primeira necessita do controle de todos os aspectos relacionados à transmissão do documento, sua preservação e custódia, sendo preciso a inclusão de trilhas de auditoria capazes de acompanhar a transmissão do documento, metadados estruturados e processos contínuos de migração e

cópia. E a garantia da segunda depende do estabelecimento de privilégios de acesso do sistema e de como ocorrerá o fluxo de informações nele, além da inclusão de alguns metadados como a hora de transmissão, o nome do autor no cabeçalho do documento, assinatura digital.

4. PROJETO INTERPARES

O Projeto InterPARES é resultado de um projeto de pesquisa realizado no programa de mestrado em estudos arquivísticos da Universidade de British Columbia (UBC) com o título de “A proteção da integridade dos documentos eletrônicos”, por Luciana Duranti em conjunto com outros dois pesquisadores Terry Eastwood e Heather MacNeil. Tem como base a integração de conceitos da diplomática clássica aos da arquivologia, conhecida como diplomática contemporânea.

A primeira fase do InterPARES desenvolveu-se entre 1999 e 2001 (InterPARES 1) com foco em documentos de natureza administrativa com valor

permanente, armazenados em base de dados e sistemas de gerenciamento das instituições analisadas.

“Seus produtos primários foram requisitos conceituais para a autenticidade, os métodos de seleção e preservação, e uma estrutura intelectual para o desenvolvimento de políticas e estratégias.”
(INTERPARES PROJECT)

A segunda fase desenvolveu-se de 2002 a 2007 (InterPARES 2), com foco em documentos correntes produzidos em sistemas informáticos experimentais e sem estabilidade de entidades artísticas.

A terceira fase do Projeto (InterPARES 3), desenvolveu-se entre 2007 e 2012 colocando em prática os produtos das fases anteriores, aplicando essas teorias e métodos em diversas instituições teste espalhadas pelo mundo, onde cada país tem o seu TEAM (*Theoretical Elaborations into Archival Management* – Elaboraões Teóricas em gestão de Arquivo) que aplicam esses testes nos sistemas digitais dessas organizações, disponibilizando posteriormente relatórios dos estudos de caso.

Em 2013 iniciou-se uma nova fase do projeto, o InterPARES Trust, que “visa apoiar o desenvolvimento, em diversos países, de redes integradas e consistentes no estabelecimento de políticas, regras, leis, procedimentos e padrões destinados aos documentos arquivísticos digitais armazenados na Internet. (ARQUIVO NACIONAL)”. A conclusão desta fase do projeto esta prevista para 2018.

5. METODOLOGIA

O estudo do portal do aluno foi realizado através da análise de três tipos documentais produzidos a partir dele, o comprovante de matrícula, o atestado de matrícula e o histórico do curso. A análise proposta foi colocada em prática utilizando a metodologia desenvolvida através do projeto InterPARES, conforme já foi colocado, onde esse propõe que para um documento eletrônico ser considerado arquivístico deve conter as seguintes características:

- Forma fixa, que consiste no documento ser

armazenado de maneira que seja apresentado da mesma forma de quando foi emitido da primeira vez, lembrando que não se trata apenas de aparência (caracteres extrínsecos), mas também do conteúdo (caracteres intrínsecos);

- Conteúdo estável, onde o documento deve estar e permanecer inalterado ao longo do tempo;
- Estar armazenado em mídia estável seja um servidor, um banco de dados que o permita ser acessado em longo prazo;
- Estar envolvido em uma ação;
- Ter vínculo arquivístico (organicidade) com outros documentos relacionados às mesmas atividades;
- Ter constatado o envolvimento das pessoas necessárias à sua produção (autor, redator, destinatário, criador ou produtor e originador)e;
- Estar envolto no contexto do ambiente

relacionado à sua produção, sendo eles: o jurídico-administrativo (normas, leis externas à instituição), de proveniência (regimentos, estatutos, organogramas da instituição), de procedimentos (identificação das fases de produção dos documentos, trâmites), contexto documental (trata dos instrumentos, como planos de classificação, guias, índices que permitam situar o documento no conjunto ao qual pertence), e tecnológico (ambiente tecnológico que envolve o documento em termos de hardware e software).

Para auxiliar na análise proposta utilizou-se de dois dos instrumentos desenvolvidos através do InterPARES, o “Roteiro para análise contextual dos estudos de caso” e o “Modelo para análise diplomática”, sendo que o primeiro permitiu reunir informações que envolvem todo o contexto da instituição e dos documentos selecionados para análise, possibilitando que se aplicasse o segundo, que

apresenta o resultado referente às características necessárias ao documento arquivístico eletrônico, elucidadas anteriormente. Além desses instrumentos, a análise do próprio portal do aluno, e do conhecimento prévio relacionado aos processos que envolvem a produção desses documentos serviram como elementos para esse estudo. De forma breve explicamos como foram feitas as verificações dessas características.

5.1 Forma fixa, conteúdo estável e armazenamento em mídia estável

No caso do atestado e do comprovante de matrícula a análise foi feita de forma semelhante, emitiu-se uma primeira via do documento no semestre 2014/1, e foram feitas emissões posteriores durante o mesmo semestre e no seguinte, através do código de autenticação, no caso do atestado de matrícula, e do portal do aluno, no caso do comprovante de matrícula (até o final do semestre 2014/1), e também do código (semestre 2014/2). As primeiras vias e as seguintes foram convencionadas

da seguinte forma:

Tabela 1 - Convencionamento primeira via e acessos posteriores

Documento Emissão - DE	Documento fornecido pelo sistema no momento em que foi feita a primeira solicitação	Comprovante de Matrícula Atestado de Matrícula
Documento Acesso via Portal - DAP	Documento fornecido pelo sistema em momento posterior à primeira solicitação via portal	Comprovante de Matrícula
Documento Acesso via - DAC	Documento fornecido pelo sistema em momento posterior à primeira solicitação a partir da informação do código de acesso fornecido no documento que foi gerado no sistema no momento de sua primeira solicitação (DE), através de página de endereço eletrônico <u>específico</u>	Comprovante de Matrícula Atestado de Matrícula

Fonte: elaborado pelo autor

A primeira via emitida (DE), foi sendo comparada com as demais emitidas posteriormente (DAC's e DAP's) em relação a forma documental (caracteres extrínsecos e intrínsecos).

O Histórico do curso esta disponível apenas para visualização, então para analisa-lo foi necessário fazer seu monitoramento no semestre 2014/1 e 2014/2 para verificar a ocorrência ou não de alterações.

As análises dos três tipos documentais no que se refere a armazenamento em mídia estável, foi

realizada através de inferências observadas em todas as emissões feitas de cada um deles.

5.2. Envolvimento em uma ação

A verificação da ação em que estão envolvidos os documentos foi feita a partir das respostas obtidas em parte do “Roteiro para análise contextual dos estudos de caso” que levanta informações sobre a atividade que cria o documento, a matrícula, no caso do comprovante e do atestado de matrícula, e a graduação, no que se refere ao histórico do curso, além do contexto de procedimentos relacionado a essas.

5.3. Vínculo arquivístico

Os documentos aos quais esses os tipos documentais estão relacionados, foram identificados através dos resultados obtidos do estudo da ação ao qual esta envolvida, objeto de análise do item anterior “Envolvimento em uma ação”, complementado por consulta no portal do aluno, no Código de classificação de documentos das Instituições Federais

de Ensino Superior (IFES), utilizado para classificar os documentos da Universidade, e também do manual do aluno da UFRGS.

5.4. Pessoas envolvidas

A análise da presença das pessoas envolvidas na produção do documento foi dividida em três partes, na primeira as pessoas foram identificadas de forma presumida, valendo-se dos conceitos apresentados pelo InterPARES; na segunda foi feita a verificação pelo estudo do processo de emissão dos tipos documentais estudados; e na terceira parte foi analisado o documento diretamente.

5.4. Contextos de produção

Os contextos de produção foram identificados através das informações colhidas no “Roteiro para análise contextual dos estudos de caso”; do conhecimento prático do processo que envolve a produção desses tipos documentais; e das próprias emissões realizadas. O contexto jurídico-

administrativo foi identificado através do estudo do Decreto que instituiu a Universidade, da Lei que a federalizou, e também da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). A identificação do contexto de proveniência se deu através do estudo do Regimento e Estatuto da Universidade que reúnem as normas de funcionamento da instituição, de Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) que versa sobre as normas da graduação no âmbito da UFRGS e do Plano de metas da instituição. O contexto de procedimentos foi identificado pelo conhecimento prático de todo processo que envolve as atividades relativas à produção dos tipos documentais. O contexto documental foi obtido através do estudo do Código de Classificação e Tabela de temporalidade das IFES; e o tecnológico foi identificado através da prática de emissão dos documentos no sistema e as possibilidades de tratamento deles após as emissões.

6. RESULTADOS DAS ANÁLISES

Em relação à forma fixa e conteúdo estável, o atestado e o comprovante de matrícula apresentaram

resultados bastante similares. No atestado de matrícula ao compararmos a primeira via (DE) com as emissões feitas após através do código de autenticação presente no documento (DAC, DAC', DAC'', DAC''', DAC''') observamos que externamente o documento mantém a mesma aparência, porém ao verificarmos os metadados das propriedades do documento constatamos que são documentos diferentes, pois os metadados de data de criação e modificação aparecem alterados, o que compromete as características de forma fixa e conteúdo estável no documento. Quanto ao comprovante de matrícula os resultados diferiram apenas da primeira via (DE) para as duas primeiras emissões através do portal do aluno, DAP e DAP' respectivamente, geradas no semestre 2014/1 onde o metadado de data de criação manteve-se inalterado, diferindo no de data de modificação. Nas demais emissões via código (DAC, DAC', DAC'', DAC''', DAC''') realizadas no semestre 2014/2 ocorreu a mesma situação constatada nas emissões do atestado de matrícula.

Quanto ao histórico do curso, durante seu

monitoramento foram observadas alterações contínuas, em termos de créditos, disciplinas, não se mantendo da mesma forma, o que permite considerar que não possui forma fixa nem conteúdo estável.

Sobre o armazenamento em mídia estável, no atestado e comprovante de matrícula não é possível afirmar que isso ocorre, pois o trabalho não analisou questões de implementação do sistema. Porém nessa análise levanta-se a hipótese de que apenas a informação é armazenada, não o documento. Já no histórico do curso infere-se que esse seja armazenado, pois é provável que seja a partir dele que o histórico definitivo do aluno será produzido e em caso de necessidade de solicitação de uma nova via.

No que tange aos contextos de produção dos tipos documentais, pelo fato de estarem relacionados a atividades coligadas, onde a matrícula (atestado e comprovante de matrícula) se insere dentro da graduação (histórico do curso), acabam sendo praticamente os mesmos, com uma ou outra diferenciação no de procedimentos, onde o trâmite de produção do histórico do curso tem mais fases; e no

documental, em que o atestado e o comprovante de matrícula estão inseridos em um subgrupo diferente do histórico do curso, dentro do código de classificação das IFES.

Em relação ao envolvimento em uma ação e o vínculo arquivístico, constatou-se a presença desses elementos nos tipos documentais analisados.

No que diz respeito às pessoas envolvidas, presumidas através dos conceitos apresentados pelo InterPARES, no processo que gera o documento na produção dos tipos documentais, identificamos a presença do autor, redator, criador (produtor) e originador; e em relação ao destinatário reconhecemos apenas um dos diversos interessados, o Aluno, no caso do atestado e comprovante de matrícula, e a Universidade, no caso do histórico do curso. Já verificando o próprio documento, no histórico não identificamos a presença de nenhuma das pessoas, e no atestado e comprovante de matrícula, conseguimos identificar de forma clara ou pelo menos temos algum indício delas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do estudo realizado constatou-se alguns pontos importantes, como a falta de um número identificador, além do código para autenticação presente no documento, que pudesse reforçar a identificação do documento e de algum histórico das mudanças que foram constatadas nos metadados de propriedades dos documentos. Outro ponto importante desse levantamento foi sobre o estado de transmissão dos documentos no atestado e no comprovante de matrícula, pois o original, em tese, deveria ser aquele primeiro documento exibido na tela no primeiro acesso, e ao emití-lo novamente deveríamos ter exatamente o mesmo documento, com os mesmos metadados de data de criação e modificação, e não foi isso que se pode observar. Nesse estudo acabou-se para fins de análise tendo que considerar como o “original” o documento salvo no computador, e as demais vias, emitidos através dele como “cópias autenticadas”, por serem utilizadas como fonte para comprovação de alguma situação por aquele que necessitar, mas como teríamos uma cópia

autenticada sem o documento original para fazer a autenticação?

Uma outra situação constatada foi sobre as pessoas que participam da produção do documento e a identificação de sua presença no documento, principalmente no histórico do curso, requerendo uma atenção maior ao processo de articulação do documento.

Tais pontos demonstraram que três características necessárias a um documento arquivístico precisam de melhorias, a autenticidade, confiabilidade e unicidade.

E pelos resultados apresentados na análise do histórico do curso, ficou o questionamento se esse pode ser considerado de fato um documento ou apenas como uma base de dados, pelo fato de sofrer constantes mudanças e ser apenas visualizado.

REFERÊNCIAS:

ARQUIVO NACIONAL. Disponível em:

<<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.ex>

SIMPÓSIO DE PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA

17 anos de Arquivologia UFRGS

e/sys/start.htm?infoid=328&sid=42>. Acesso em: 3 mai. 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **Trabalhos Acadêmicos: NBR 14724**. Rio de Janeiro, 2011.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 318 p.

_____. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos. 2008. 105 p.

BERNARDES, I.P.; DELATORRE, H. **Gestão Documental Aplicada**. São Paulo, 2008. p. 54.
Disponível em :
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saes/GEOTAO_DOCUMENTAL_APLICADA_Ieda.pdf>.
Acesso em: 14 out. 2014

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, José Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 3.

SIMPÓSIO DE PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA
17 anos de Arquivologia UFRGS

ed. Santa Maria, RS: Editora UFSM, 2008. 128 p.

BRASIL. **Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950.**

Disponível em : <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1254.htm>. Acesso em: 19 set. 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.**

Disponível em :
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 19 set. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Código de Classificação de Documentos de Arquivos relativos às atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES** . Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. 42 p. Disponível em: <<http://www.pra.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2012/08/C%C3%B3digo-de-Classifica%C3%A7%C3%A3o-das-Atifidades-Fim3.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2014

_____. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 230 p. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em 4 jul. 2014

_____. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **E-Arq Brasil:** modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. v. 1.1, 2006. Disponível em: <<http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/media/e-arq-brasil-2011-corrigido.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

_____. **Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. 49 p. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/media/ifs_codigo_e_tabela_temporalidade/portaria_n0922011_tabela_de_temporalidade_e_destinao.pdf>

DRESSLER, Karine Georg. **Portal de Gestão da Prefeitura Municipal de Porto Alegre: um estudo sobre preservação em meio eletrônico**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/30216>>.

Acesso em: 26 mai. 2014

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.7, n.13, p. 49-64, 1994.

_____. **Diplomática**: usos nuevos para una antigua ciencia. 1.ed. Carmona (Espanha): S & C ediciones, 1996. 171 p.

INNARELLI, Humberto Celeste; SANTOS, Vanderlei Batista dos; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Arquivística**: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. 3.ed. Distrito Federal: Senac, 2009. 224 p.

MOREIRA, Jean Felipe Pires. **Um olhar arquivístico sobre o portal do aluno da UFRGS: uma análise através da metodologia InterPARES**. 2014. 81 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2014. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/110760>>. Acesso em: 25 abr. 2016

RIOGRANDE DOS SUL. **Decreto Estadual N° 5.758 de 28 de Novembro de 1934**. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=56613&hTexto=&Hid_IDNorma=56613>. Acesso em: 19 set. 2014.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos: uma nova abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea**. 4. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2005. 160 p.

SISTEMA DE ARQUIVOS UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Glossário de Espécies/Formatos e Tipos Documentais da Universidade de São Paulo**. São Paulo, SP, 1997.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2006. 388 p.

THE INTERPARES PROJECT. TEAM BRASIL. **Arcabouço Intelectual**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <
http://www.interpares.org/display_file.cfm?doc=ip3_br_intellectual_framework.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2007

_____. **Estudo de Caso BR10: Gabinete de Planejamento Estratégico da Prefeitura Municipal de Porto Alegre: Portal de Gestão: Relatório final**, Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <
http://www.interpares.org/ip3/display_file.cfm?d

oc=ip3_brasil_cs10_final_report.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2014.

_____. **InterPARES Project** .Disponível em: <
<http://www.interpares.org/>>. Acesso em: 8 jul. 2014.

_____. **Diretrizes do Produtor: A elaboração e a manutenção de materiais digitais: diretrizes para indivíduos**, Rio de Janeiro. [2007?]. Disponível em: <
http://www.interpares.org/ip2/display_file.cfm?doc=ip2_creator_guidelines_booklet--portuguese.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2014

_____. **Modelo para análise diplomática**, Rio de Janeiro. [2007?]. Disponível em: <
http://www.interpares.org/ip3/display_file.cfm?doc=ip3_template_para_analise_diplomatica.pdf>.
Acesso em: 23 mai. 2014

_____. **Roteiro para Análise Contextual dos Estudos de Caso**. Rio de Janeiro. 2007. Disponível em: <
http://www.interpares.org/ip3/display_file.cfm?do

[c=ip3 template para analise contextual.pdf](#)>.

Acesso em: 9 jul. 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Estatuto da UFRGS de 23 de setembro de 1994.**

Porto Alegre. 1994. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/consun/documentos/estatuto-e-rgu>>. Acesso em: 18 ago. 2014

_____. **Guia do Estudante UFRGS.** Porto Alegre.

2010. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/prograd/guiaestudante/arq/GuiaEstudanteUFRGS.pdf>>. Acesso em 1 out 2014.

_____. **Manual do Aluno Fabico.** Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/fabico/aluno/manual-do-aluno/atestado-de-matricula>>. Acesso em 1 out 2014.

_____. **Portal do Aluno.** Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/ufrgs/aluno>>. Acesso: 9 jul. 2014

_____. **Plano de Gestão 2012-2016**. Disponível em:
<<http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/plano-de-gestao/plano-de-gestao-2012-2016>>. Acesso: 7 ago. 2014

_____. **Regimento da UFRGS de 22 de dezembro de 1995**. Porto Alegre. 1995. Disponível em:
<<http://www.ufrgs.br/consun/documentos/estatuto-e-rgu>>. Acesso em: 18 ago. 2014

_____. **Resolução nº 11 de 24 de Abril de 2013**. Estabelece as Normas Básicas da Graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bem como sobre o controle e o registro de suas atividades acadêmicas. Porto Alegre. 2013. Disponível em:
<<http://www.ufrgs.br/cepe/legislacao/resolucao-no-11-2013-de-24-04-2013>>.

Os autores

RITA DE CÁSSIA PORTELA DA SILVA

(rita.portela@ufrgs.br)

Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), especialista em Ciência da Computação (UFSM), mestre em Patrimônio Cultural (UFSM) e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde também é professora assistente do Curso de Arquivologia.

GRAZIELE ERIG SANTORUM

(grazisantorum@gmail.com)

Formada em Técnico em Biblioteconomia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, bacharela em Arquivologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e arquivista da Rede Marista.

BIANCA CELISTRE

(bianca.celistre@yahoo.com.br)

Graduada em Letras - Língua Portuguesa e bacharela

em Arquivologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É professora da rede pública de ensino no Rio Grande do Sul, com atuação na Escola Estadual Coronel Afonso Emílio Massot.

FRANCISCO WELITON SOUZA

(franciscowosouza@gmail.com)

Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e arquivista da Prefeitura de Esteio-RS.

JEAN FELIPE PIRES MOREIRA

(jecojf@gmail.com)

Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

SIMPÓSIO DE PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA

17 anos de Arquivologia UFRGS

Ao longo de quase duas décadas, o Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem se mantido em constante atualização, com o objetivo perene de formar profissionais críticos e conscientes a respeito do papel social do arquivista e de suas responsabilidades. Este livro traz algumas das pesquisas desenvolvidas neste período.



Valéria Raquel Bertotti
Francisco Alcides Cougo Junior
(organizadores)

Moisés Rockembach
Rita de Cássia Portela da Silva
Graziele Erig Santorum
Bianca Celistre
Francisco Weliton Souza
Jean Felipe Pires Moreira

Realização:



Edição:

